

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

INDIA E CRESCIMENTO:
MODELOS TRADICIONAIS E O IMPACTO DA FILOSOFIA HINDU

Autora: Vanessa Parra Ferreira

Orientador: Paulo Tenani

São Paulo
Fevereiro de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

INDIA E CRESCIMENTO:
MODELOS TRADICIONAIS E O IMPACTO DA FILOSOFIA HINDU

Autora: Vanessa Parra Ferreira

Orientador: Paulo Tenani

Dissertação apresentada à Escola de Economia
de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas,
como requisito para obtenção de título
de mestre em Economia.

São Paulo
Fevereiro de 2008

Ferreira, Vanessa Parra

Índia e crescimento: modelos tradicionais e o impacto da filosofia hindu/ Vanessa Parra
Ferreira- 2008.

98 fls.

Orientador: Paulo Tenani

Dissertação (MPFE)- Escola de Economia de São Paulo

1. Índia. 2. Crescimento econômico. 3. Crescimento e religião. I. Tenani, Paulo. II.
Dissertação (MPFE)- Escola de Economia de São Paulo. III. Título.

VANESSA PARRA FERREIRA

INDIA E CRESCIMENTO:

MODELOS TRADICIONAIS E O IMPACTO DA FILOSOFIA HINDU

São Paulo,
Aprovado em
01 / 02 / 2008

Orientador: Prof. Dr. Paulo Tenani
FGV- EESP e EAESP

Prof. Dr. Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Prof. Dr. Roberto Luis Troster

Agradecimentos

Inúmeras pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho e não seria possível mencionar a todas, a salvar o leitor de extensa lista de agradecimentos. Contudo pelo carinho a mim dedicado, devo fazer menções especiais aos meus pais, Nelson e Marilda, por explicitarem a convivência harmônica entre a espiritualidade e a racionalidade; à minha irmã, Patrícia, por me cobrar pleno exercício de potencialidades; ao professor orientador Paulo Tenani por acreditar e apoiar este projeto; aos amigos: Constantin Jancsó por seu companheirismo e valiosos comentários aos manuscritos, Thierry van Eyll, heterodoxia racional como exemplo vivo.

A todos, namaste.

Resumo

A Índia, com sua notável expansão econômica, cultura e filosofia milenares, é o tema desse trabalho, com dois objetivos: exemplificar diversos aspectos teóricos ligados ao crescimento econômico e aprofundar o estudo de um aspecto institucional pouco difundido na literatura, os impactos das filosofias religiosas.

A princípio, são analisadas as reformas econômicas realizadas após a crise do balanço de pagamentos ocorrida em 1991. Diversos estudos teóricos são citados ao longo do texto para contextualizar o efeito das reformas no potencial de crescimento. O setor externo é analisado com profundidade, seguido pela desregulamentação no setor privado, principalmente na atividade industrial e no controle de preços. Estes dois setores foram conjuntamente responsáveis pelo grande salto de produtividade na economia (descrito pelos impactos na produtividade total dos fatores). Alguns aspectos de política monetária e fiscal também são analisados, mas com menor ênfase, visto que as reformas e resultados nesses setores são limitados.

A seguir, apresenta-se análise sobre a filosofia Hindu, predominante no país. Introduce-se o tema com breve descrição dos aspectos filosóficos, para seguir com avaliação dos impactos econômicos resultantes. Max Weber e Amartya Sen contradizem-se sobre o sinal do impacto: Weber suportando que a magia hindu impediria o racionalismo; Sen argumentando que o próprio hinduísmo tem histórico de racionalismo heterodoxo, de contestação e criação. Para disseminar dúvidas apresenta-se um modelo econométrico, com base em convergência condicional: impactos diretos e indiretos não se mostram significantes.

Levanta-se um debate e um alento a alguns países: um histórico institucional bastante desalentador ao desenvolvimento, baseado em uma filosofia religiosa controversa de nuances pós-vida, pode ser superado com algumas corretas reformas na economia.

Palavras-chave: 1. Índia. 2. Crescimento econômico. 3. Crescimento e religião.

Abstract

India, with its notable economic expansion and its millenary culture and philosophy, is the theme of this work. A twofold objective is presented: exemplify several theoretical aspects of economic growth and deepen the study of an institutional aspect not widespread on the literature, the impact of religion.

The first part of the text is focused on the economic reforms that were undertaken after the balance of payments crisis in 1991. Several theoretical studies are cited to contextualize the reforms' impact on the growth potential. The external sector is deeply analyzed, followed by the private sector deregulation, mainly on industrial activity and price controls. Both sectors are jointly responsible for great part of the productivity surge (described by factor total productivity). Some aspects of monetary and fiscal policy are also analyzed, but less emphatically, as reforms and results in these sectors are limited.

Moreover, an analysis on Hindu philosophy, predominant in the country, is presented. The theme is introduced with a brief description of the philosophical aspects, to be followed by the consequent economic impacts. Max Weber and Amartya Sen argue in different directions: Weber states that Hinduism and its magic would hinder rationalism; Sen firmly says Hinduism has a historical of heterodox rationalism, of contestation and creation. To settle the dispute an econometric model, based on conditional convergence, is developed: direct and indirect aspects are not significant.

A debate is raised, one that may be an encouragement for some countries: a discouraging institutional historic, based on a controversial philosophy, may be overcome with correct economic reforms.

Key words: 1. India. 2. Economic growth. 3. Religion and growth.

Quadros

<u>Quadro</u>	<u>Título</u>	<u>Página</u>
01	Comparativo entre taxas de crescimento de renda percapita	13
02	Crescimento da economia Indiana	16
03	Mecânica de desenvolvimento	17
04	Alíquotas médias ponderadas de importação	20
05	Medidas de proteção comercial, 1980-2000	21
06	Exportações das Zonas Econômicas Especiais	22
07	Média simples das tarifas aplicadas	24
08	Custo para importação (US\$/container)	24
09	Custo para exportação (US\$/ container)	25
10	Conta corrente (em US\$ milhões)	26
11	Participação na pauta comercial: Abril 2006- Fevereiro 2007	27
12	Estrutura das exportações	28
13	Fluxo de investimentos internacionais	32
14	Taxa efetiva real de câmbio	35
15	Formação de capital fixo	36
16	Facilidade de fazer negócios	38
17	Percepção de corrupção	39
18	Inflação no atacado	44
19	Déficit corrente do Governo Central	48
20	Produtividade total dos fatores, participação em pontos percentuais	53
21	Países com população Hindu significativa	68
22	Hipóteses de estudo	70
23	Evolução dos níveis educacionais	73
24	Curvas de Lorenz, ano 2000	74

Sumário

	<u>Página</u>
1. Prefácio	10
2. Introdução.....	12
3. Estudo de caso: crescimento da economia da Índia no período de reformas.....	15
3.1. Poupança externa:	18
3.1.1. Comércio internacional	18
3.1.2. Investimento estrangeiro.....	29
3.1.3. Câmbio: como gerador e resultado.....	33
3.2. Poupança privada:	36
3.2.1. Atividade industrial.....	37
3.2.2. Política monetária.....	41
3.2.3. Liberalização financeira.....	45
3.3. Poupança pública:.....	48
3.3.1. Dinâmica fiscal.....	48
3.3.2. Setor público e privatizações.....	50
3.4. Progresso técnico (papel da PTF)	52
4. Os impactos do hinduísmo no crescimento econômico.....	54
4.1. A filosofia hindu.....	55
4.2. Potenciais impactos econômicos.....	57
4.3. Evidências empíricas: teria o hinduísmo impacto em crescimento?	65
5. Comentários finais e conclusões.....	77
6. Bibliografia.....	79
7. Apêndices.....	84
8. Anexo.....	98

1. Prefácio

“Índia é uma pedra jogada afastada, mas na superfície ela é negada: os pedintes, as calhas, os corpos famintos, as crianças choramingando de barriga-inchada, pretas com as moscas na sujeira e a merda de vacas e os excrementos humanos de uma rua do mercado; os cachorros, fita, acanhados, e covardemente, reservando sua raiva, com os seres humanos à sua volta, para os outros de seu tipo”.

V.S. Naipaul (1964)

Índia, um gigante territorial e humano, país de cultura milenar, que chama atenção do mundo com suas taxas de crescimento impressionantes e sua pobreza mais ainda. A descrição acima é a perfeita tradução da imagem que o viajante incauto traz desse país difuso, que acolheu tantas civilizações e culturas. Mark Twain em escritos do século XIX descreve “Esta é certamente a Índia! A terra de sonhos e romances, de fabulosa riqueza e fabulosa pobreza – de gênios e gigantes e lâmpadas de Aladim, de tigres e elefantes - o país de uma centena de nações e uma centena de línguas, de um milhar de religiões, lugar de nascença do discurso humano, mãe da história, avó da lenda, bisavó da tradição...” (em Varma (2004)).

Difícil conciliar estas descrições com as manchetes da imprensa internacional que clamam em frenesi que o modelo que deu origem ao crescimento econômico acelerado deve ser fonte de inspiração aos demais países em desenvolvimento. A revista inglesa Economist escreve: “Trabalhadores da Índia, vocês tem a atenção do mundo. Há muito negligenciada nas salas de decisão em favor da China, seu ainda mais gigante vizinho, a Índia agora aparece em toda empresa lista de afazeres” (2006). Haveria uma histeria coletiva em torno deste modelo? Estariam os analistas econômicos com a visão turva, impressionados com os números, mas se esquecendo da realidade suja e pobre da maioria da população?

A resposta nos dá o mesmo Naipaul (1990):

“A Independência foi trabalhada pelas pessoas mais ou menos no topo; a liberdade que ela trouxe trabalhou seu caminho para baixo. As pessoas em todo lugar têm idéias agora de quem são e do que devem a si mesmas. O processo se acelerou com o desenvolvimento econômico que aconteceu depois da independência; o que estava escondido em 1962, ou que não era fácil de ver, o que talvez estivesse em estado de se tornar, tornou-se mais claro. A liberação do espírito que veio à Índia pode não vir como liberação somente. Na Índia, com suas camadas sob camadas de aflição e crueldade, tinha que vir como distúrbio”.

2. Introdução

“As taxas de crescimento da renda per capita real são... diversas, até sobre períodos significativos de tempo... A renda Indiana dobrará a cada 50 anos; a Coreana a cada 10. Um Indiano será, na média, duas vezes melhor que seu avô; um Coreano 32 vezes...

Eu não vejo como alguém pode olhar para números como estes e não vê-los como representando possibilidades. Há alguma ação que o governo da Índia pode tomar que direcionará a economia Indiana a crescer como a da Indonésia ou do Egito? Se sim, o que exatamente? Se não, o que na “natureza da Índia” que a faz assim? As conseqüências para o bem estar humano envolvidas em questões como estas são simplesmente desconcertantes: depois que se começa a pensar nelas, é difícil pensar em qualquer outra coisa.”

Robert E. Lucas (1988)

Em linha com Robert Lucas o presente trabalho busca responder à questão desconcertante, como diz ele, do crescimento econômico: de que forma um país pode direcionar seu crescimento e desenvolvimento econômico? A Índia, citada por Lucas, será utilizada como caso de estudo para demonstrar o que a Ciência Econômica aprendeu sobre o tema.

Este país, Índia, passou de exemplo negativo de mau-direcionamento de seus recursos para um exemplo de como reformas econômicas e institucionais podem mudar em uma geração o padrão de crescimento. No período de 1980 a 2005, a taxa de crescimento da renda per capita atingiu o patamar de 4,1%, superior às taxas dos países citados por Lucas como exemplo; o crescimento da renda per capita no mesmo período foi de 3,7% para o Egito e de 3,5% para a Indonésia. Como ilustração, em um grupo de países, apresentaram taxas de crescimento maiores no período, Botswana (6,9%) e China (6,6%) entre outros. Brasil apresenta um crescimento na renda per capita de 3,4% no mesmo período.

Quadro 01: comparativo entre taxas de crescimento de renda per capita

País	Renda per capita: 2005 (em US\$)	Renda per capita, taxa de crescimento: 1980 a 2005	Renda per capita, taxa de crescimento: 1989 a 2005
Botswana	5.014	6,9%	5,7%
China	1.533	6,6%	8,9%
Sri Lanka	1.154	5,8%	6,7%
Tailândia	2.749	5,6%	4,6%
El Salvador	2.468	5,2%	4,9%
Turquia	4.954	4,9%	6,2%
Jamaica	3.796	4,5%	5,0%
Peru	2.739	4,3%	3,3%
República Dominicana	3.272	4,2%	8,0%
Índia	726	4,1%	4,5%
Egito	1.370	3,7%	4,7%
Indonésia	1.263	3,5%	4,5%
Brasil	4.289	3,4%	2,2%
Guatemala	2.534	3,3%	6,2%
Tunísia	2.875	3,1%	5,3%

Fonte: United Nations (2007)

Para responder à inquietante pergunta de Lucas, pretende-se desvendar alguns aspectos que fazem da Índia e de sua revolução silenciosa o chamariz dos encontros de organismos multinacionais.

Não se pretende aqui ter a vivacidade de escritores como Naipaul ou Twain. Ainda mais, não se pretende mostrar a multiplicidade sócio-cultural descrita por eles. Entretanto não se pode analisar a Índia sem vislumbrar um dos aspectos que a tornam um lugar único: a cultura Hindu. Esta filosofia milenar permeia as atividades e escolhas econômicas de tal forma que o decepcionante desempenho do crescimento econômico pós Independência foi denominado pelo economista Indiano Raj Krishna como taxa de crescimento Hindu, em virtude de a religião ter um grande foco na pós-vida além de potencial visão fatalista e auto-satisfatória. Debate antigo,

com origens em Max Weber¹, no início do século passado, a influência do hinduísmo no crescimento Indiano será parte relevante do presente estudo.

Para atingir os objetivos propostos, o texto organiza-se em três capítulos a seguir: no primeiro, um estudo do caso Indiano é apresentado de acordo com os principais fatores direcionadores de crescimento: poupança física, capital humano e progresso tecnológico. Em cada um desses sub-capítulos, analisa-se alguns fatores acessórios de crescimento: variáveis que apesar de não descritas explicitamente na teoria de crescimento têm papel fundamental para os agentes econômicos na decisão de poupar (seja capital físico ou humano) ou realizar o progresso técnico.

O capítulo a seguir foca em um aspecto controverso na teoria econômica: poderia a religião influenciar o crescimento econômico? No caso Indiano, país de tradição filosófica milenar, no qual o hinduísmo influencia o comportamento econômico de formas explícitas, seja via o sistema de castas ou pelas escolhas educacionais, a questão se torna ainda mais relevante. Este texto mostra a princípio uma visão abrangente e não profunda sobre a teoria filosófica/ religiosa do hinduísmo de forma a conceituar o objeto de estudo. Sucedem-se alguns comentários sobre as formas que esta filosofia pode influenciar o crescimento econômico. Ainda mais, um modelo econométrico com base em convergência condicional é desenvolvido de forma a contextualizar os impactos descritos.

Por fim, à guisa de conclusão, alguns argumentos são apresentados.

¹ Não se faz aqui referência ao clássico "The Protestant ethic and the spirit of capitalism" mas sim a "The religion of India: the sociology of Hinduism and Buddhism".

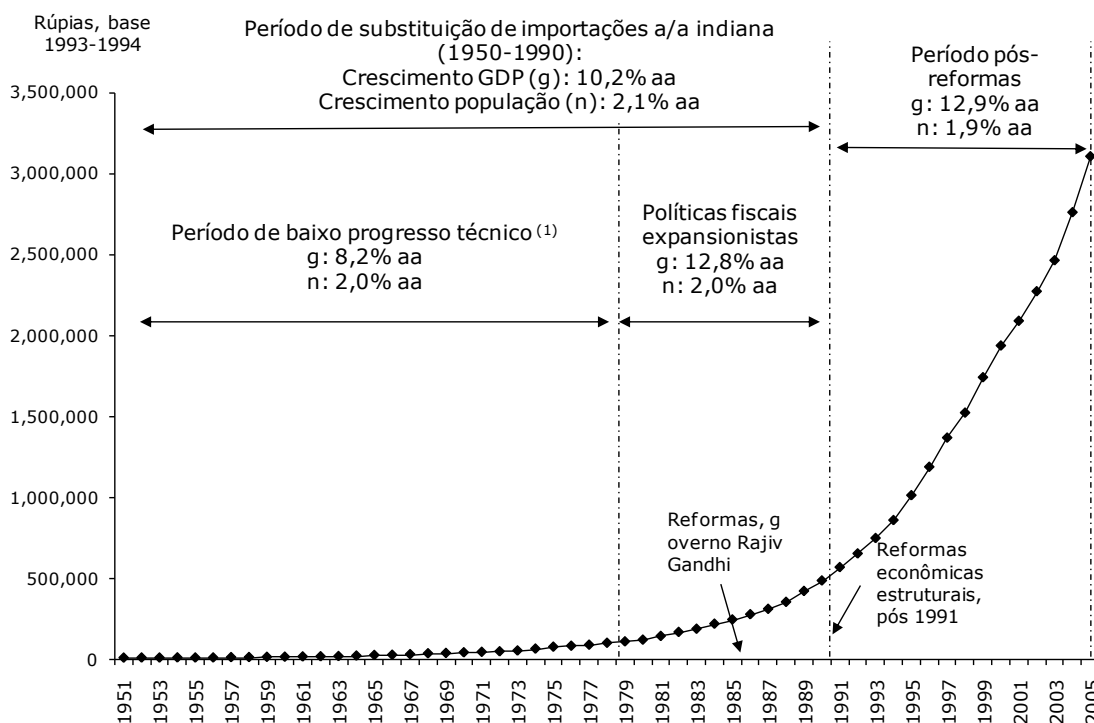
3. Estudo de caso: crescimento da economia da Índia no período de reformas

De desastre a milagre econômico: esta é a história da Índia. A independência (1947) traz consigo o modelo econômico de substituição de importações, com fechamento ao comércio externo e uma série de restrições à atividade econômica local. Seguindo as influências dos pais do movimento de libertação (Gandhi e Nehru), os diversos governos de fundo socialista tomam decisões que supostamente teriam efeitos benéficos à ampla camada miserável da população. Há privilégios à pequena indústria e comércio, a legislação trabalhista prevê uma rede de proteção ao trabalhador (e inflexibilidades aos empregadores), restrições quantitativas e qualitativas são impostas às importações, o governo tem participação ativa na economia através de incontáveis empresas estatais, entre outros aspectos. O modelo não traz os benefícios esperados e colapsa em uma crise de balanço de pagamentos no ano de 1991.

Todavia, já na década de 1980, sentindo os efeitos constritores ao crescimento, o governo inicia série de políticas fiscais expansionistas que dão novo fôlego à economia do país (com conseqüências previsíveis na política monetária e nos níveis de preços). Unidas às reformas institucionais iniciadas no governo Rajiv Gandhi (1985), a Índia retoma o caminho do sucesso no desenvolvimento.

A crise de balanço de pagamentos vem acelerar as reformas em curso. Fomentada pela abertura comercial, novas reformas institucionais e nas políticas de governo são ativadas. Resultados são significativos e colocam o país no radar dos investidores internacionais- além de melhorar as condições de vida de um país ainda bastante pobre em 2005.

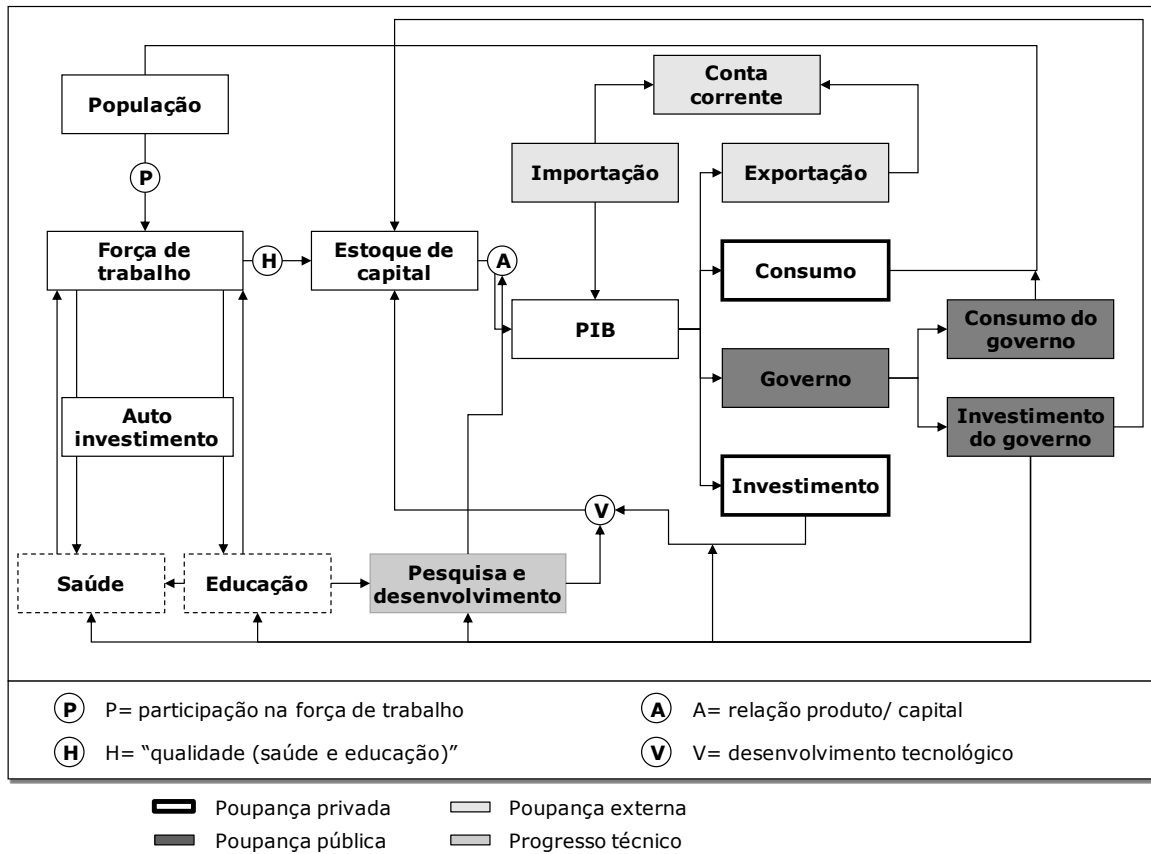
Quadro 02: crescimento da economia Indiana



Fonte: Reserve Bank of India, preparado pela autora

De forma sistemática este capítulo mostra quais foram as reformas que possibilitaram a mudança no patamar de crescimento. Seguindo um esquema proposto por Neto (2005), replicado no quadro 03, as reformas são agrupadas de acordo com seus impactos nas variáveis de poupança, seja privada, pública ou externa. Ao final realiza-se uma análise do avanço da produtividade total de fatores, como *proxy* do progresso tecnológico. Segue-se, portanto, a lógica do modelo neoclássico de crescimento, proposto por Solow-Swan, segundo o qual a taxa de poupança determina o produto potencial do país e o progresso técnico sua trajetória de longo prazo. Mas, não restritos a este modelo, fatos que afetam o crescimento através de seus impactos nas decisões de poupança dos agentes também são refletidos nas análises.

Quadro 03: mecânica de desenvolvimento



Fonte: Neto (2005), replicado pela autora.

3.1. Poupança externa

3.1.1. Comércio internacional

Integração comercial gera crescimento econômico? Ou há simultaneidade? (crescimento gera integração)? Impactos de re-distribuição são menores que as vantagens de desenvolvimento geradas? Este debate acalorado, citado por alguns como ponto inicial da ciência Econômica moderna, continua pertinente. Em busca de evidências empíricas para as previsões do modelo Ricardiano (ou Heckscher-Ohlin), estudos entre países realizados na década de 1990 mostram que, sim, integração comercial, com aumento do livre comércio, é fator determinante do crescimento econômico. World Bank (2005, capítulo 5) argumenta que os países que podem ser considerados como exemplos de crescimento na década de 1990 tiveram importantes avanços na liberalização de seu comércio externo. Entretanto devem-se notar com cautela estes resultados: Rodrik e Rodriguez (2000) notam falhas nos dados e/ou nos modelos econométricos utilizados. Mas mesmo estes autores concordam que não se consegue provar relacionamento negativo entre comércio internacional e crescimento econômico; ainda constatam que a liberação do comércio pode ser benéfica nos padrões das vantagens comparativas Ricardianas.

Este pequeno apanhado do debate econômico nos serve de introdução a um tema significativo para o entendimento da Economia Indiana: o setor externo. Ao escolher o modelo de desenvolvimento de substituição de importações desde o primeiro plano quinquenal na década de 1950, a nova nação fechou-se em si e definiu seu padrão até a década de 1990. Jagdish Baghwati ao abrir uma conferência sobre seu país natal em Columbia, 2006 argumenta: "(Índia) tinha receios quanto à integração externa e preferiu políticas de comércio orientadas para o mercado interno aliadas a restrições ao investimento estrangeiro. Estas foram decisões de política que garantidamente produziram crescimento lento; e nós tivemos taxas de crescimento abismalmente baixas até que as reformas começassem." E as reformas se intensificaram precisamente por um desbalanceamento externo, com uma forte crise do balanço de pagamentos no ano de 1991².

² Índia na década de 1980 também presenciou algumas reformas econômicas, mas estas foram limitadas a alguns aspectos do regime de controle e do modelo de substituição de importações.

Reformas da década de 1990

No início da década, Índia representava somente 0,6% do comércio internacional de mercadorias. Ao final de 2006, representava 1,2% desse volume de comércio. No mesmo período o comércio internacional cresceu 8,7% ao ano, enquanto que o comércio Indiano cresceu 13,9% ao ano (WTO, 2007A). Excelente resultado se considerar-se que no início da década as tarifas médias ponderadas de importação atingiam 87%³!

O desafio de sair do modelo de desenvolvimento fechado internamente não era pequeno. O atual primeiro ministro, então Ministro das Finanças, Dr. Manmohan Singh, já na década de 1960 defendia a liberação do comércio⁴. Entretanto, o ambiente político determinou que as reformas no comércio externo fossem abrangentes regionalmente, mas graduais, por indústria. O consenso público era que deveria haver desregulamentação da indústria nacional antes que fosse aberta a competição aos grupos internacionais, via importação.

Primeiro, era preciso acabar com as restrições quantitativas (cotas), as principais ferramentas de controle de importações. Não era possível trazer ao país bens de consumo, e até a importação de matérias primas seguia o esquema de cotas restritas. Nos primeiros dois anos do período de reformas, praticamente todas as cotas foram suspensas para bens intermediários e de capital, e em 1993 já se podia importar livremente estes bens (sujeito às tarifas existentes). Contudo, devido à sensibilidade política, até 1998 não havia sido feita a liberação da importação de bens agrícolas e de consumo. Todavia, para bens agrícolas, que tinham benefícios para exportação, as restrições não eram significativas. Neste ano, cedendo também às pressões dos principais parceiros internacionais (e da Organização Mundial do Comércio) o governo definiu um plano de seis anos para terminar com as restrições quantitativas a importações de bens de consumo.

Unilateralmente, o governo antecipou o movimento de liberalização do comércio, e em abril de 2001 completou o processo de desmantelamento da política de cotas dos últimos setecentos e quinze itens. Os receios que tanto adiaram a liberalização, os impactos potencialmente excessivos sobre a economia doméstica, não se materializaram.

³ Ahluwalia em Sachs, Varshney and Bjpai (1999)

⁴ Em 1962 Dr. Singh publicou o livro "India's export trends and prospects for self-sustained growth" (em tradução livre "Tendências de exportação Indianas e perspectivas para crescimento auto-sustentado")

Não houve importações de cento e cinquenta e um itens dos setecentos e quinze itens liberalizados no ano de 2001. Da lista de trezentos itens sensíveis acompanhados pelo governo, o aumento das importações foi de 2,1% do volume importado em dólares no período de abril a dezembro de 2001 e de 2,9% em 2002⁵.

Por outro lado, era preciso atuar na racionalização do complexo sistema tarifário para importações. Em 1991, como mencionado, a alíquota média era de 87%, mas não era raro encontrar itens com alíquotas de importação superiores a 200%, com máximo de 250%. Para dimensionar o tamanho do esforço necessário às mudanças, vale ressaltar novamente que este sistema não só sustentava a estratégia de substituição de importações, mas também era fonte importante de receitas ao Governo Central. Em 1991, as receitas alfandegárias representavam 3,9% do PIB, ou 38% da receita orçamentária do Governo. De forma, que alterações nas alíquotas significariam potenciais reduções de receitas de um governo deficitário (3,5% do PIB em 1991).

No período áureo das reformas, de 1991 a 1998 as reduções foram constantes, não obstante um pequeno movimento de atraso em dois momentos: em 1996 e 1997 houve implementação de taxas extras (2% e mais 3%) para financiar aumentos salariais dos servidores civis públicos; em 1997-1998 produtores locais contestaram algumas políticas em virtude de não alinhamento entre alíquotas de importação e impostos internos e foram atendidos (com uma taxa especial de 4% em alguns itens de importação). Neste período, de acordo com o quadro 04 as taxas médias passaram de 87% a 30%, uma redução significativa de 65%.

Quadro 04- Alíquotas médias ponderadas de importação

	1990-1	1992-3	1993-4	1994-5	1995-6	1996-7	1997-8	1998-9
Economia geral	87	64	47	33	27	25	25	30
Agricultura	70	30	26	17	15	15	14	16
Bens de consumo	164	144	33	48	43	39	34	39
Bens intermediários	117	55	40	31	25	22	26	32
Bens de capital	97	76	50	38	29	29	25	30
Taxas de pico	>200	110	85	65	50	52	45	45

Fonte: World Bank, India 1998 Macro-Economic Update, Tabela Anexa 10.

⁵ Fonte: Government of India, Economic Survey 2001-2002; Economic Survey 2002-2003.

As reformas liberalizantes trouxeram resultados significativos na abertura comercial. Segundo Das (2003) a taxa efetiva média de proteção era de 40,4% em 2000, comparada a 125,9% no período pré-reformas (1986-90). Segundo este autor a abertura era significativa se considerarmos outros indicadores (como cobertura de importações, que mede o efeito de restrições não-tarifárias) e em todas as indústrias, com destaque para a maior mudança nos setores de bens intermediários e de capital (veja quadro 05). Subramanian e Rodrik (2004) argumentam, com base em modelo gravitacional, que apesar das mudanças, em 2000 a Índia somente se tornara um negociador normal.

Quadro 05: medidas de proteção comercial, 1980-2000

	1980-85	1986-90	1991-95	1996-2000
Taxa efetiva de proteção				
Todas as indústrias	115,2	125,9	80,2	40,4
Bens intermediários	147,0	149,2	87,6	40,1
Bens de capital	62,8	78,5	54,2	33,3
Bens de consumo	101,5	111,6	80,6	48,3

Fonte: Das, 2003.

Evoluções nos anos 2000: promoção de exportações

Os anos 2000 começaram com a implementação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), pela política de Exportação/ Importação de Abril de 2000, com objetivo de oferecer um ambiente internacionalmente competitivo⁶. Unidades podem ser implementadas nestas zonas para manufatura, comércio, re-condicionamento e reparo, ou atividades de serviços. Todas as atividades de importação e exportação dentro das ZEEs são auto-certificadas. As unidades dentro da ZEE têm que ser exportadoras líquidas (ou ganhadoras de moedas estrangeiras), mas não há níveis

⁶ Índia foi o primeiro país na Ásia a implementar uma zona especial para promoção de exportações, estabelecendo o centro de Kandla, em 1965.

pré-determinados. Vendas domésticas seguem o mesmo critério e são sujeitas a impostos de importação.

Avançando ainda mais na promoção de exportações, a política de Exportação/Importação 2002-2007 determinou o encerramento de todas as restrições quantitativas às exportações além de aumentos dos benefícios às ZEEs. Entre os últimos, a permissão de instalação de bancos Indianos como filiais internacionais permitiu o financiamento dos exportadores a taxas competitivas internacionalmente⁷. Principalmente, esta política muda o paradigma da estratégia de desenvolvimento: de substituição de importações a promoção de exportações.

Em vinte e cinco de junho de 2005, mais avanços institucionais foram feitos para aprimorar o modelo de promoção de exportações, com simplificação do processo de desenvolvimento, operação e manutenção das Zonas Especiais, incluindo a documentação necessária para auto-certificação. O ato das ZEE desta data formaliza alguns benefícios, como anistia de impostos de renda por períodos de até dez anos e de impostos de venda em todos os níveis do Governo. Há expectativas e que as trezentos e quarenta e uma Zonas Especiais autorizadas recebam investimentos na magnitude de Rs. 100.000 crores⁸, dos quais US\$ 5- 6 bilhões em investimento estrangeiro direto. Até o momento as taxas de crescimento das unidades pertencentes à ZEEs são bastante impressionantes (151% nos últimos três anos).

Quadro 06- Exportações das zonas econômicas especiais

Ano	Valor (Rs. Crore)	Growth rate (from previous year)
2003-04	13.854	39%
2004-05	18.314	32%
2005-06	22.840	24,7%
2006-07	34.787	52,3%

Fonte: Government of India, Special Economic Zones, Ministry of Commerce & Industry

⁷ As filiais de bancos Indianos situados nas ZEEs não estão sujeitas a algumas normas do Banco Central, como às taxas de compulsório e de liquidez mínimas.

⁸ 1 crore= 10 milhões. Segundo taxas cambias de Novembro/ 20007: 1 rúpia (Rs 1)= R\$ 0,04 = US\$ 0,03

Apesar das metas objetivas de promoção às exportações, a Organização Mundial do Comércio (WTO, 2007B) define a estrutura de exportações Indiana como complexa com inúmeros esquemas focados em reduzir o viés anti-exportador do passado. Defende seu posicionamento citando as proibições e impostos de exportação para alguns itens (peles e couro semi-acabado) além das agências de comercialização estatais. Pontos positivos são as ZEEs, o financiamento estatal das exportações, através do Exim Bank, e as agências estatais de marketing e desenvolvimento de exportações.

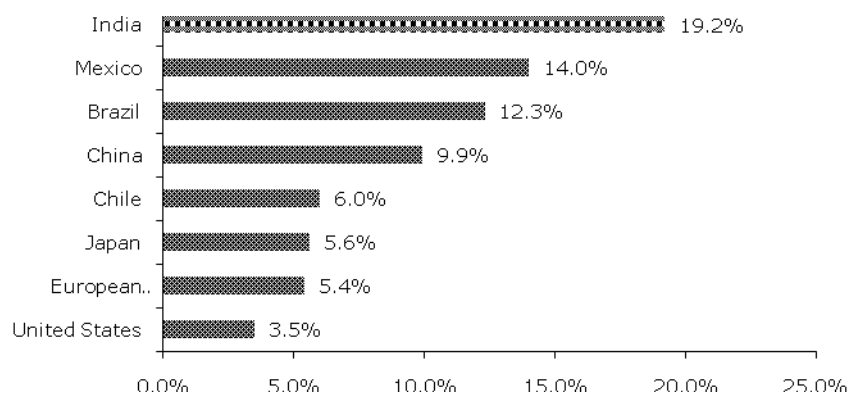
Por outro lado, avanços na redução das alíquotas de importação não se encerraram com as reformas da década de 1990. No período de 2001-02 a 2006-07 as alíquotas médias foram reduzidas pela metade, atingindo taxas médias de 16% (ou 17,5% se considerarmos taxas ad-valorem e não ad-valorem). Todavia, estas reduções não foram similares para todos os produtos, sendo que as alíquotas para produtos agrícolas ainda atingem 41%.

Todavia, com a eliminação das medidas de restrições quantitativas, este país utiliza-se de outro dispositivo como proteção de algumas indústrias: o uso de medidas antidumping, no âmbito da OMC. Entre 2002-7 foram iniciadas cento e setenta e seis investigações, com medidas tomadas em cento e sessenta e três (163) casos. Como comparação, União Européia em Junho de 2006 tinha cento e cinqüenta e quatro (154) medidas aplicadas. Informa-se que estas medidas visavam proteger em sua maioria o setor químico (41,5%) e foram direcionadas principalmente para China (21,6%) e Comunidade Européia (13,6%).

Tarifas e burocracias

As reformas das últimas duas décadas percorreram um longo caminho buscando liberar o setor externo da Economia Indiana de seus entraves ao crescimento. Desafios foram superados e a integração com a Economia Mundial é crescente. Comparativamente com outras economias, todavia, ainda há muito a fazer. As taxas de importação médias ainda são muito elevadas em comparação não só com países desenvolvidos como também com os em desenvolvimento. Dados de 2006 da OMC mostram que as tarifas médias na China são menos da metade do que na Índia. Em comparação com o Brasil, as taxas são sete pontos percentuais maiores.

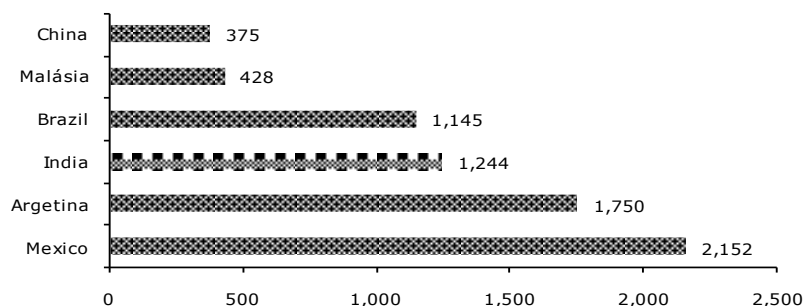
Quadro 07: média simples das tarifas aplicadas



Fonte: Organização Mundial do Comércio, 2007A.

Há muito a fazer também na simplificação da burocracia atrelada ao comércio exterior. Precisa-se de quinze documentos para realizar uma importação na Índia, enquanto que no Brasil seis documentos são necessários (doze na China)⁹. Demoram-se em média quarenta e um dias para realizar uma importação para este país; se a importação tiver como destino final a Coreia, somente doze dias são necessários (no Brasil seriam vinte e quatro, na China vinte e dois). Notícias melhores no custo de importação: em média cada container tem um custo atrelado de US\$ 1.244, menor que no México (US\$ 2.152), mas ainda muito superior à China (US\$ 375).

Quadro 08: custo para importação (US\$/ container)

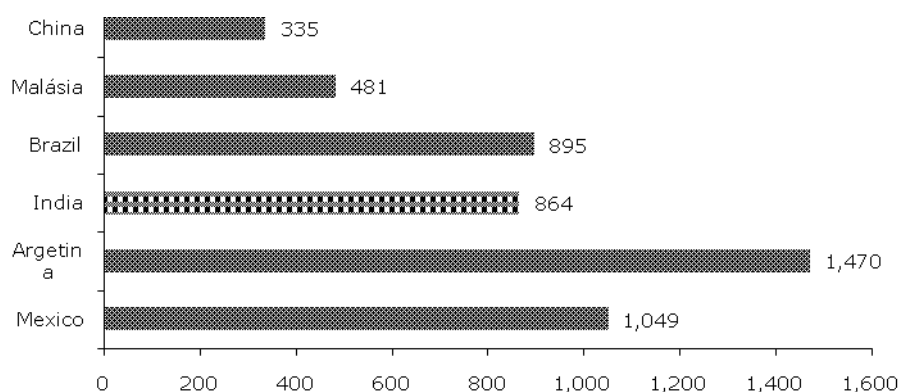


Fonte: World Bank, Doing Business, 2007.

⁹ Fonte: World Bank, "Doing Business 2007".

Os procedimentos para exportação não são mais simples: são necessários dez documentos para exportação (seriam seis na China, ou cinco na Coréia). Período de tempo para exportação de vinte e sete dias chega a ser menor que na Colômbia (trinta e quatro), mas ainda é muito superior a seus concorrentes do Sudeste Asiático (na Coréia, em doze dias realizam-se os procedimentos necessários à exportação). Notável os resultados na redução dos custos de exportação: US\$ 864 por container marginalmente menor que no Brasil (US\$ 895), mas 160% superior aos custos na China (US\$ 335).

Quadro 09: custo para exportação (US\$/ container)



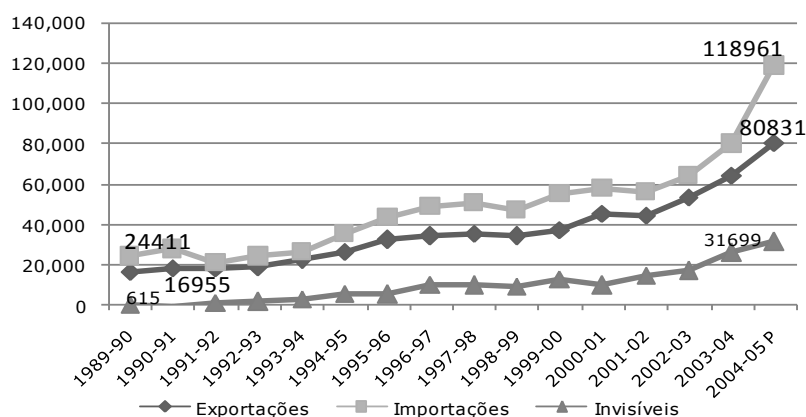
Fonte: World Bank, Doing Business, 2007.

Resultados comerciais e perspectivas futuras

No período 1989 a 2005, o produto interno bruto Indiano cresceu a uma taxa média composta de 12,9%. No mesmo período as importações e exportações cresceram a uma taxa média de 11%, e a conta de invisíveis (em que são contabilizadas as receitas de exportações de serviços, principalmente de tecnologia de informação) cresceu a quase inacreditáveis 38% ao ano em quinze anos¹⁰! Todavia, o resultado em conta corrente é deficitário em quase todos os anos do período, com exceção do período 2001-2004. No final do período, atinge um déficit superior a seis bilhões de dólares norte-americanos.

¹⁰ Como exemplo, serviços de tecnologia (software) cresceram 30% ao ano, no período 2001 a 2006, atingindo mais de US\$ 22 milhões em exportações.

Quadro 10: Conta corrente (em US\$ milhões)



Fonte: Reserve Bank of India

Interessante notar também o perfil da pauta comercial. Petróleo é de longe o item mais relevante na pauta de importações. Em 2005, representa 26% do total importado pelo país (e 8% do total exportado). Representa, logo, grande parte do déficit comercial: US\$ 22 bilhões em 2005 de um déficit comercial total de US\$ 38 bilhões. Em um patamar bastante inferior estão as importações de artigos eletrônicos, segundo item de importação, e com potencial grande de crescimento: a penetração ainda é muito baixa na população (somente 31,6% das residências possuem televisores, comparado a 133,4% na China, por exemplo); indústria local historicamente focou em auto-desenvolvimento (com defasagem tecnológica) e fabricação de partes (para Taiwan, Coréia, etc). Entre os dez principais itens de importação é perceptível a presença de vários itens primários (minérios) e insumos para a principal indústria de exportação: ouro e pedras preciosas para a indústria joalheira.

Joalheria, uma indústria tradicional Indiana, é também uma indústria exportadora incentivada pelo governo local, com políticas específicas ao setor: permissões de importação de matérias primas livres de taxas; normas direcionadas (e mais liberais) para importação de ouro; créditos facilitados. Ainda há liberação para 100% de investimento internacional. Posicionamento internacional é relevante, sendo líder no consumo de jóias de ouro (20% do consumo mundial) e maior centro polidor de diamantes (60% participação em valor). Pequenas empresas garantem qualidade das jóias, com mão-de-obra bem treinada e baixos custos.

Quadro 11: participação na pauta comercial: Abril 2006- Fevereiro 2007

Principais itens importação	%	Principais itens exportação	%
Artigos eletrônicos	8,8%	Pedras e jóias	12,6%
Ouro	8,0%	Algodão e acessórios	5,5%
Maquinários	7,6%	Maquinário e equipamentos	5,3%
Pepitas e sucatas metalíferas	4,6%	Remédios e farmacêuticos finos	4,6%
Pedras semipreciosas	4,1%	Manufatura de metais	4,0%
Ferro e aço	3,3%	Equipamentos de transporte	3,9%
Químicos orgânicos	3,0%	Ferro e aço primários e semi-acabados	3,5%
Carvão e coque	2,5%	Algodão puro	3,4%
Equipamentos de transporte	1,6%	Pepitas de ferro	3,1%
Fertilizantes industrializados	1,4%	Metais não-ferrosos	2,8%

Fonte: Government of India, Economic Survey.

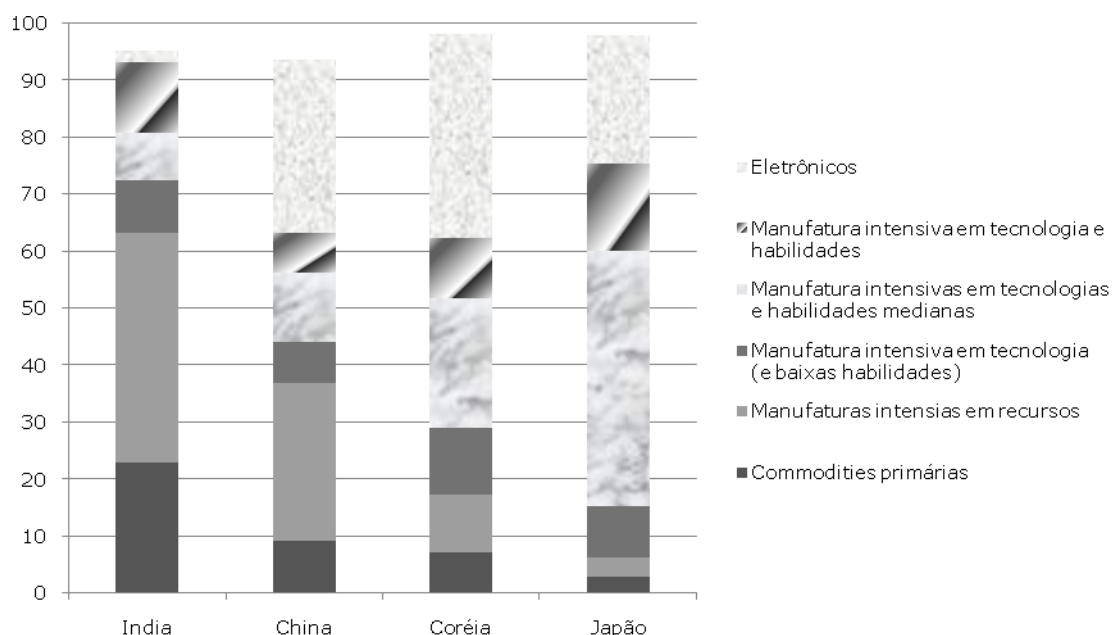
Winters e Yusuf, 2007, fornecem algumas perspectivas para as outras principais indústrias exportadoras:

- **Têxteis:** responsável por 4% da exportação mundial, a Índia ainda enfrenta alguns desafios para atingir potencial dessa indústria. Externamente, precisa integrar-se à cadeia global de suprimentos, principalmente aos grandes varejistas da OCDE¹¹. Internamente: aumentar escala de produção, utilizar novas tecnologias e melhorar a cadeia logística podem aumentar produtividade (hoje 35% dos Estados Unidos da América);
- **Produtos farmacêuticos:** uma das indústrias com perspectivas mais promissoras, fundamentada em empreendedorismo privado; abundância de habilidades em química e biologia; aprendizado de longo prazo de processos tecnológicos complexos, possível devido à ausência de leis de proteção

¹¹ OCDE: Organização par a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Reúne algumas das principais economias mundiais.

intelectual. Vantagens comparativas ainda na experiência em testar novas drogas em rede ampla de hospitais, com vasta população heterogênea (e custos competitivos: desenvolver uma nova droga na Índia custa em torno de US\$ 100 milhões, contra US\$ 1 bilhão nos Estados Unidos da América).

Quadro 12: estrutura das exportações



Fonte: Unctad, 2005

Evolução no comércio de mercadorias (e o bom posicionamento em algumas indústrias) ainda está em fase inicial de desenvolvimento se comparado a outros países. A estrutura de exportações da Índia versus seus concorrentes asiáticos, principalmente o Japão, concentra-se em produtos de baixo valor agregado (como commodities e manufaturas ricas em recursos naturais e humanos), enquanto que Japão, em estágio bastante superior de desenvolvimento, exporta basicamente eletrônicos e manufaturas intensivas em habilidades. Esta estrutura é típica de países em estágio inicial de desenvolvimento. Segundo UNCTAD (2005) seria um resultado de políticas do passado de restrição ao tamanho de empresas e controles de preço. Para o World Bank (2007B) as perspectivas de mudança desse cenário se assentam sobre a melhoria na infra-estrutura para exportação.

Por outro lado, o horizonte na indústria de serviços, principalmente em tecnologia de informação, mostra um país inovador e competitivo. Exportações de serviços representam mais de um quarto das exportações totais desde o ano 2000 (mais que

o dobro do que representam na China no mesmo período), espelhando a relevância do setor de serviços na economia local (58% do PIB corresponde ao setor de serviços; 21% ao setor industrial, ano 2005).

Os serviços de tecnologia de informação Indianos são altamente competitivos mundialmente, resultado de decisões feitas ainda na década de 1950 (implementação dos Institutos de Tecnologia). Dispõe de profissionais treinados (e respeitados) nos Estados Unidos e Europa, os quais voltam a seu país de origem para empreender ou gerir filiais de multinacionais. Com mercado restrito internamente nas décadas de 1980 e 1990, conexões com empresas norte-americanas foram formadas e hoje são fortes vantagens. Demanda também teve papel essencial: mudança de moeda (Euro) e efeitos do potencial *bug* do milênio (Y2K), com carência de profissionais em países desenvolvidos, deram um impulso adicional à terceirização de serviços na Índia. Entretanto, nem tudo parece tão róseo. Apesar de formar mais de cento e quarenta mil engenheiros por ano, há carência de profissionais além de formação deficiente: somente 20% dos técnicos têm nível internacional, e em torno de 60% são lamentáveis. Desenvolvimentos tecnológicos (como automação de desenvolvimento de software), competição de outros países em desenvolvimento (como Brasil) e industrialização local (competindo por recursos humanos) podem ainda reduzir o ritmo de crescimento das exportações de serviços de tecnologia.

3.1.2. Investimento estrangeiro

A liberalização financeira mundial posterior a 1980 parece sem precedentes na história econômica. Pressionados por altos custos de financiamento, corrupção, ineficiências associadas a financiamentos estatais populistas e necessidades de financiamentos às demandas crescentes dos cidadãos, em modalidades de mais baixos custos e menos subsídios cruzados, inúmeros países procederam à liberalização de seus sistemas financeiros, incluindo medidas mais flexíveis para a entrada de capitais internacionais, seja via investimento direto ou de portfólio.

Chamada pelo World Bank como uma das grandes controvérsias econômicas da década de 1990, o fluxo de investimentos internacionais foi o célebre causador das grandes crises dessa década: México, Leste Asiático, Rússia, Brasil. Questiona-se a conversibilidade da conta de capitais, citando o não menos célebre triângulo de Krugman: não é possível ter autonomia monetária com câmbio fixo, controlado, e

convertibilidade plena na conta de capitais. De forma que ao adotar as últimas duas medidas o governo local impossibilita-se de utilizar a política monetária para seus fins internos de desenvolvimento.

Visto por outro ângulo: “Investimento direto estrangeiro pode ser o principal canal através do qual tecnologia é transferida para os países em desenvolvimento”. (Borensztein et al 1995). Na ausência de externalidades, como proteção comercial elevada, e com mínimo de capital humano, o investimento direto é eficiente para acelerar o progresso técnico local: multinacionais, em geral, têm maior eficiência gerencial e capacidade de inovação.

Dentro de seu programa de reformas, a Índia participa desse movimento internacional e diversas medidas são tomadas durante as décadas de 1990 e 2000 para fomentar a entrada de capitais no país, que se constituía até então de envio de remessas de cidadãos Indianos no exterior e de ajuda internacional. Curioso notar, todavia, que com muita habilidade os efeitos potencialmente maléficos foram afastados, com a não-convertibilidade plena da conta de capitais (válida ainda em 2006).

Medidas liberalizantes pós 1990

Em 1990, Índia era uma economia praticamente fechada ao investimento internacional, tendo recebido neste ano trezentos e cinquenta e sete (357) milhões de dólares norte-americanos. No mesmo ano, foram recebidos como ajuda internacional mais de dois bilhões de dólares norte-americanos¹².

Com objetivo de reverter esta situação, um amplo e radical programa de reformas foi ativado: investimento externo foi incentivado ativamente como forma preferencial de financiamento do déficit comercial.

Em relação ao investimento direto estrangeiro, foram liberados automaticamente investimentos de até 51% em quarenta e oito indústrias, e de até 74% em novas indústrias prioritárias. Propostas que não se enquadrem nestas regras devem pedir autorização ao “Foreign Investment Promotion Board” e são quase sempre automaticamente liberadas.

A abertura ao capital externo não se restringiu ao investimento direto. Em 1993, investidores institucionais com padrões mínimos puderam investir em ações de companhias Indianas e depois também em instrumentos de dívida no mercado

¹² Mesmo com as reformas, o investimento internacional só supera a ajuda em 1995.

secundário. Através de outra janela para investimento, as companhias locais puderam emitir certificados de depósitos globais ¹³, buscando recursos de investidores internacionais passivos.

Os resultados obtidos foram bastante significativos em ambos os casos. Aprovações de investimento direto passaram de US\$ 325 milhões em 1991-2 para US\$ 15.752 milhões já em 1997 (um crescimento de 90% ao ano em seis anos!). Neste mesmo período o investimento direto chegou a US\$ 2.821 milhões (devido à defasagem entre aprovação e investimento efetivo). Após este período, entre 1999 e 2000, o crescimento do investimento direto teve uma pequena parada, devido à crise de pagamentos dos países do Sudeste Asiático. Mas a partir de 2001, o investimento direto tem uma consistente tendência crescente, atingindo quase US\$ 8 bilhões em 2006.

Estes valores parecem não ser significativos se compararmos com outros países, como a China que somente em 2005 recebeu US\$ 72 bilhões em investimento direto estrangeiro. Há entraves significativos a maior investimento: infra-estrutura débil, incertezas quanto ao fornecimento de energia, entre outros.

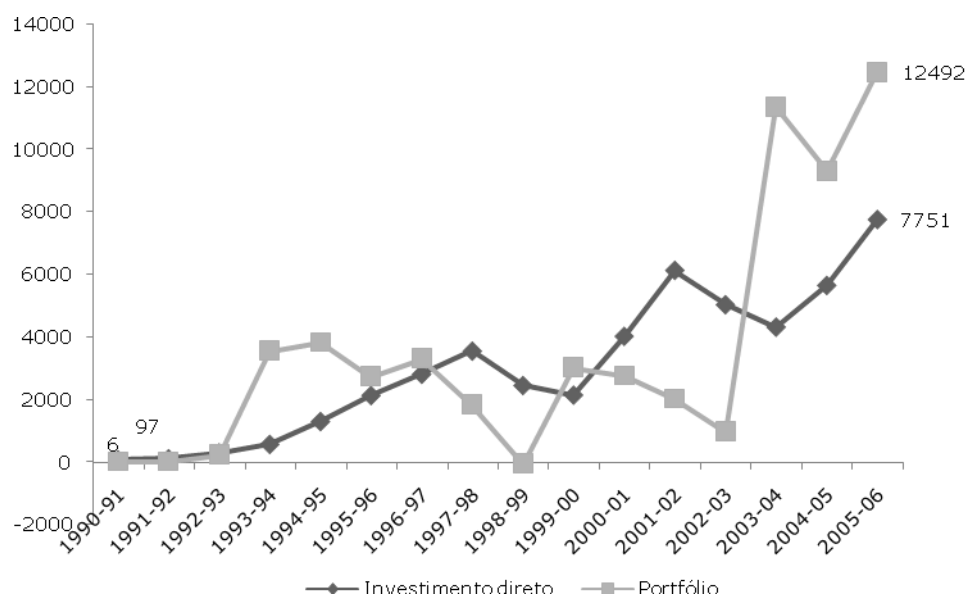
Contudo, apresentam mudanças significativas em relação ao patamar histórico, e a tendência crescente traz boas notícias para a economia. Companhias multinacionais já entraram no mercado, como General Motors, Sony, Coca Cola, IBM, entre outras. Parcerias entre empresas internacionais também foram firmadas. Como exemplo, de que o investimento direto pode aumentar a produtividade da indústria local, a parceria entre o Governo da Índia e a Suzuki Motor Company, do Japão, apresentava níveis de eficiência invejáveis internacionalmente: quase cinqüenta e três carros por empregado por ano, comparado a cinco para a concorrente local mais próxima, e vinte e três para a General Motors (nos Estados Unidos da América).¹⁴

Adicionalmente, como citado, Borensztein et al indicam que para que o investimento direto estrangeiro tenha benefícios quanto à produtividade e crescimento, é preciso que o país tenha no mínimo uma educação masculina secundária de 0,45 anos. No ano de 1985 este valor já era 1,2 anos na Índia e teve tendência crescente a partir daí (Barro e Lee, 2000), de tal forma que o capital humano no país permitiu que os benefícios do investimento externo fossem atingidos.

¹³ Global depositary receipts, GDR, na sigla em inglês.

¹⁴ Estudo de caso citado pelo World Bank em relatório de 1996. Apesar de níveis de produtividade possivelmente terem se alterado desde então, o caso serve o propósito de mostrar a diferença entre produtividade local e de parceria com multinacional.

Quadro 13: fluxo de investimentos internacionais



Fonte: Reserve Bank of India

Não só o investimento direto, mas os investimentos em portfólio também um desempenho (ainda mais) impressionante no período. De quase zero (US\$ 6 milhões) em 1990 chegaram a mais de US\$ 12 bilhões em 2006. O único período de declínio digno de nota foram os anos de 1997 a 1999, em decorrência da mencionada crise do Sudeste Asiático.

Convertibilidade da conta de capitais

A liberalização financeira gradual teve bons resultados, como visto, e ao mesmo tempo não gerou nenhuma grande crise. Mesmo tendo sido afetada pela crise Asiática, Índia gerenciou efetivamente os efeitos dessa crise. Estes resultados talvez não tivessem sido possíveis se não pela ausência de convertibilidade plena da conta de capitais que permite certa liberdade na gestão de instrumentos de política econômica.

Antes de 1997, para não-residentes, a convertibilidade da conta de capitais era quase plena, mas havia diversos procedimentos e aprovações necessários para entrada e saída de capitais. No caso de residentes, a conta de capitais era estritamente controlada. Para entradas, todas, e saídas do setor corporativo havia

liberalidade, mas sujeita a procedimentos e aprovações complexas. Os bancos tinham restrições para empréstimos no exterior, mas permitidos com limites estreitos para financiamentos a exportações.

Após determinações de Comissão do RBI sobre a conversibilidade da conta de capital, houve desburocratização dos procedimentos aplicados a entradas e saídas de capital. Para as empresas, o limite de saída de capitais financeiros está sujeito a limite de 25% do patrimônio líquido e para investimento direto em 200% do patrimônio líquido; bancos podem emprestar no exterior até 25% do capital; os cidadãos residentes agora podem enviar ao exterior US\$ 25 mil ao ano e investir em ações de companhias estrangeiras que tenham até 10% de ações de companhias Indianas, sem limites. Embora avanços tenham sido obtidos, o sistema de controles de capitais quase se manteve intacto em relação ao aparato institucional (regulação, procedimentos, etc.).

Em 2006, um novo comitê sobre a conversibilidade da conta de capitais, indicou que se deve progredir a uma maior abertura na conta de capitais, gradual, em espaço de até cinco anos, com foco na melhoria dos procedimentos institucionais. Governante do RBI, Dr. Y.V. Reddy resume outro aspecto a ser considerado na liberação "Enquanto o gradualismo na liberalização da conta de capitais na Índia teve dividendos até agora, continuar o processo gradualmente deve garantir que algumas decisões básicas e duras devem ser tomadas em relação à gestão macro-econômica, em particular gestão monetária, externa e financeira".

3.1.3. Câmbio: como gerador e resultado

Câmbio: diferença de preço na permuta de moeda de uma nação pela outra¹⁵. Seria, logo, uma simples taxa de conversão? Todavia não. Segundo alguns autores seria um dos fatores que possibilitariam o crescimento econômico. Professor Bresser-Pereira, por exemplo: "para os países em desenvolvimento, a taxa de câmbio, quando combinada com austeridade fiscal, é essencialmente uma ferramenta para o crescimento econômico, primeiro, porque assegura ao país estabilidade no balanço de pagamentos, e, segundo, e principalmente, porque aumenta poupança e investimentos" (citado em Gala, 2006). Bela Balassa, um dos proeminentes autores dessa linha de pensamento, defendia que a taxa de câmbio é chave para o

¹⁵ Definição do 'Moderno Dicionário da Língua Portuguesa', Michaelis.

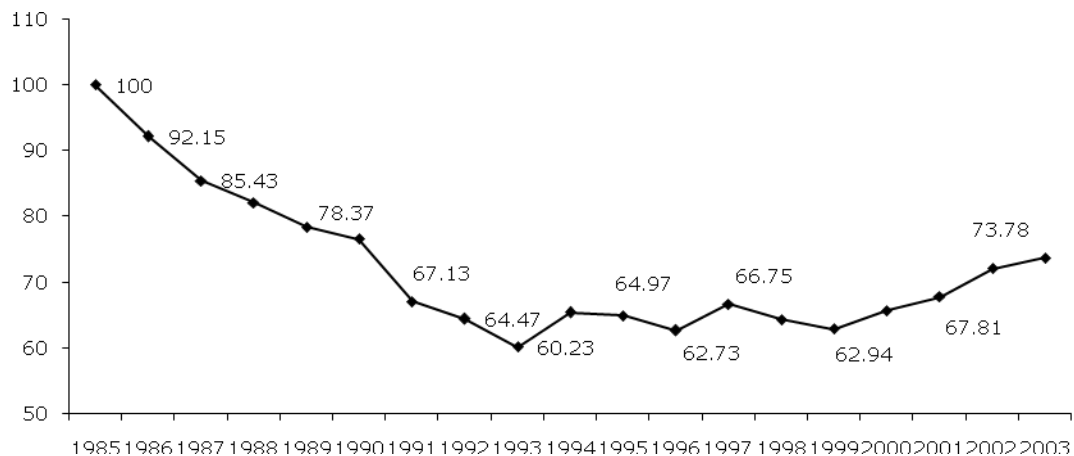
desenvolvimento do país e deve ser competitiva de forma que incentive empreendedores a venderem mercadorias (e serviços) não-tradicionais no mercado mundial, expandindo investimento e empregos- e conseqüentemente a Economia.

Dessa forma, o cenário externo não seria completo sem o papel fundamental do regime cambial no período. Índia utilizou-se das taxas de câmbio como ferramentas de política não só na década de 1990, mas desde 1985. Se considerarmos este ano como base, a rúpia Indiana teve desvalorizações sucessivas até 1993, perdendo 40% de seu valor frente a uma cesta de moedas, representando seus principais parceiros comerciais.

A crise de 1991, resultado de déficits no balanço de pagamentos, começou com uma queda na taxa de câmbio. Autoridades do 'Reserve Bank of India' tentaram defender a rúpia, mas com o fim das reservas, foram obrigados a uma desvalorização. Entre Julho e Agosto desse ano, o governo Rao realizou duas desvalorizações da rúpia, que somaram 24% do valor inicial da moeda. Um regime dual de câmbio foi instituído em março 1992, um ano depois o câmbio foi novamente unificado e liberado para flutuar. Neste período, de 1991 a 1993, a rúpia se desvalorizou 35% em relação ao dólar norte-americano e 27% em relação aos principais parceiros comerciais da Índia.

Desde este período, a administração cambial pode ser considerada o regime de 'flutuação suja': o câmbio é flutuante, mas o Banco Central (RBI) intervém periodicamente para manter condições de mercado ordenadas. Segue a teoria descrita por Williamson (2003): "Os países em desenvolvimento podem sensivelmente evitar definir uma taxa de câmbio que se comprometam antecipadamente a defender, mas isto não significa que devam dar de ombros com a passividade de um Ministro de Finanças do G-7 não-Japonês. Há uma variedade de instrumentos de política que podem ajudar a limitar uma apreciação que ameaça sair de controle."

Quadro 14: taxa efetiva real de câmbio



Fonte: Reserve Bank of India.

Em 1994 por acordo com o Fundo Monetário Internacional, a Índia declarou conversibilidade plena na conta corrente. Para tanto uma nova metodologia de gestão cambial foi introduzida pela coalizão de governo liderada pelo partido BJP em 1998. Uma mudança qualitativa no ambiente legal foi introduzida com o ato de gestão de câmbio (FEMA, "Foreign Exchange Management Act") em Junho de 2000, pelo qual os objetivos regulatórios foram definidos como: a) facilitar comércio e pagamentos; b) funcionamento ordenado dos mercados de câmbio. A legislação permite o uso de mecanismos de controle se o interesse público necessitar. Algumas medidas desde então foram utilizadas pelo Banco Central para desenvolver o mercado spot e futuro, além de fornecer maior liberdade para os agentes para atuar e gerenciar seus riscos¹⁶.

¹⁶ Com base em Y.V. Reddy, 2007.

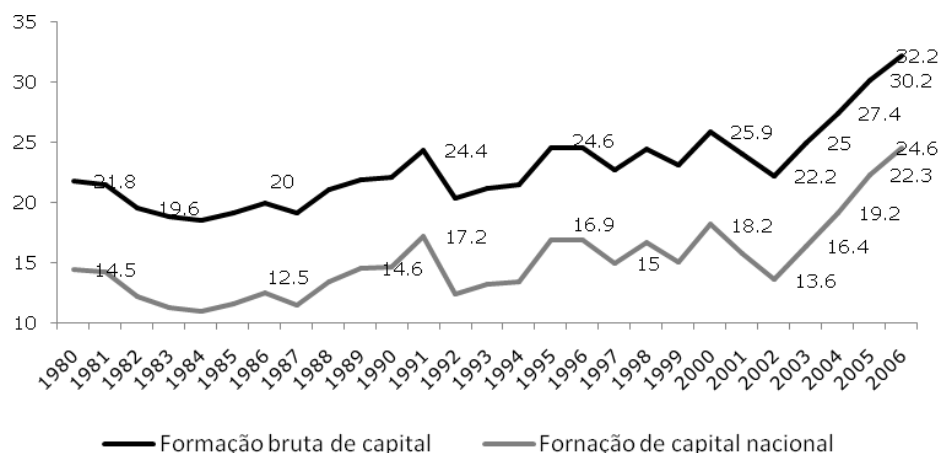
3.2. Poupança privada:

O papel do aumento de investimentos em capital físico não pode ser pormenorizado. Desde os modelos de Domar atenta-se para este fato: "A visão de Domar do crescimento se tornou popular porque tinha uma previsão maravilhosamente simples: crescimento do PIB será proporcional ao percentual de investimento no PIB." (Easterly, 2005). Modelos posteriores, como Solow, questionam a importância desse papel: o capital físico não determina o crescimento de longo prazo da renda per capita, mas sim seu produto potencial (estado estacionário). Mudanças nas taxas de poupança e, conseqüentes investimentos, geram mudanças no estado estacionário.

Independente da controversa teórica, o World Bank (2005 A) aponta que os países com crescimento acelerado na década de 1990 tiveram investimentos maiores que a média da comunidade mundial, em alguns casos atingindo até dez pontos percentuais acima da média, na relação investimento/ PIB. Instituições e políticas que garantem acesso aos retornos e redução de riscos, como acesso privilegiado a políticas de crédito, são parte da explicação desse fenômeno.

Neste sub-capítulo analisa-se de que forma mudanças na atratividade dos investimentos e nas possibilidades efetivas de poupança através de reformas na política industrial e políticas monetárias com maior foco no livre funcionamento dos mercados possibilitaram um incremento na formação bruta de capital: de 21,8% do PIB em 1980 para 32,2% em 2006, com forte tendência crescente.

Quadro 15: formação de capital fixo



Fonte: Reserve Bank of India

3.2.1. Atividade industrial

No período pré-reformas a política industrial se caracterizava por inúmeros controles que impediam o livre-funcionamento do mercado e afetavam a decisão dos empreendedores. O sistema de licenciamento permitia que o governo controlasse a abertura de novas unidades e a expansão das capacidades existentes. Ineficiências na indústria Indiana se devem historicamente a este sistema: plantas industriais em escala sub-ótimas e em áreas desfavoráveis foram construídas, direcionamento de projetos seguiu discricionariedade governamental, etc. Um efeito residual também foi sentido: a corrupção associada ao sistema de licenciamento era notável.

Rajiv Gandhi percebendo os malefícios dessa política começa a liberalização dos controles em 1985 com duas medidas principais: aumento do número de indústrias sujeitas ao livre regime (de vinte e cinco a trinta e uma no ano 1990) e permissão de aumento de capacidade potencial em até 133% da capacidade atual.

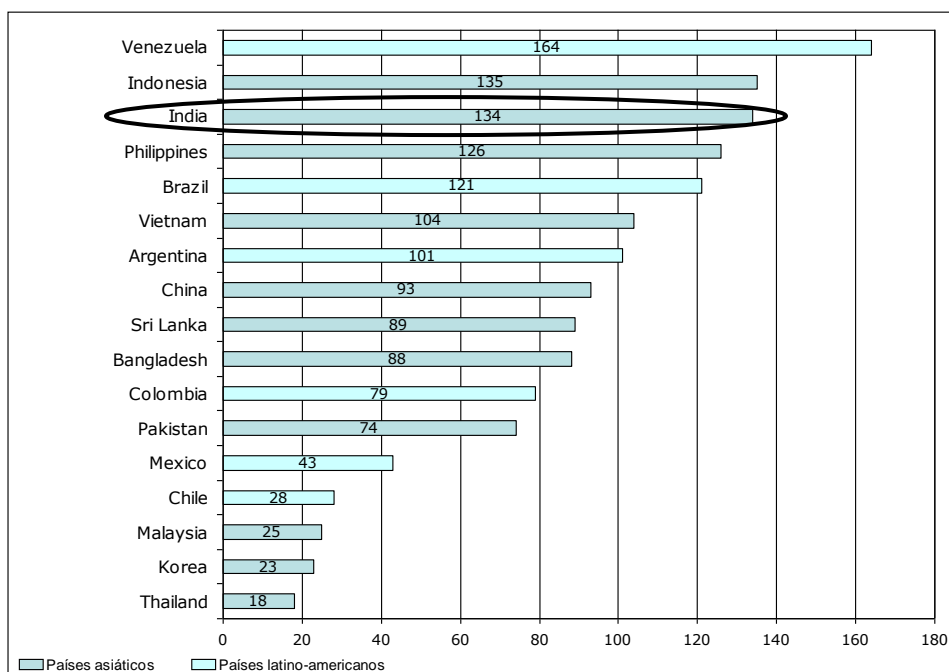
A partir de 1990, os controles começaram a ser desmantelados com maior velocidade. Licenças para quase todas as indústrias foram abolidas, com exceção de seis consideradas estratégicas (bebidas, cigarros, defesa, entre outras). A licença necessária para investimento pelas grandes empresas, que atuavam sob regime especial, também foi colocada em desuso. Setores antes restritos ao poder público foram abertos à competição privada: telecomunicações, minérios, transporte, eletricidade, etc. Para atuação restrita ao poder público algumas indústrias ficaram restritas: armas, energia nuclear.

Menor velocidade tiveram as reformas direcionadas à desregulamentação das micro e pequenas empresas. Regulamentações definem quais empreendimentos se caracterizam neste setor e definem inúmeros setores industriais e de serviços reservados a esses empreendimentos. "Índia é única em adotar a reserva como instrumento de promover os produtores de pequeno porte e a política obviamente impõe perdas de eficiência e custos aos consumidores" (Ahluwalia, 1999). A partir de 2002 começa um movimento de redução dos itens reservados, mas ainda em 2006 havia duzentos e trinta e nove itens reservados a este setor. Notando a importância desse setor à economia (39% da produção industrial, 34% das exportações no ano fiscal 2006-2007), o governo defende a reserva de mercado "... a questão que precisa ser endereçada é se a reserva no setor de pequena escala é baseada em algum objetivo de política (Governo da Índia, Economic Survey 2006-2007).

Os Estados Indianos não tiveram mesma atuação na liberalização das atividades comerciais. Alguns Estados como Tamil Nadu e Andra Pradesh são citados como

exceções, com ambiente mais amigável, enquanto Estados populosos como Uttar Pradesh seriam ainda bastante difíceis. Investidores reclamam do inferno burocrático do país, como a necessidade de inúmeras licenças, ligadas a diversos órgãos federais e estaduais para abrir e fechar negócios. Segundo o World Bank, o custo de se abrir um negócio no país equivale a 73,7% do PIB per capita, após trinta e cinco dias de espera. Comparativamente no Brasil o custo seria de 9,9% do PIB, mas demoraria quase cinco meses (cento e cinquenta e dois dias). Outro exemplo: um empreendedor na Índia gasta mais de 600% do PIB per capita para lidar com licenças diversas (180% no Brasil, 11% na Tailândia). Estes indicadores colocam o país em uma posição bastante desconfortável no indicador do World Bank de facilidade de fazer negócios: cento e trinta e cinco (World Bank, 2007 A).

Quadro 16: facilidade de fazer negócios

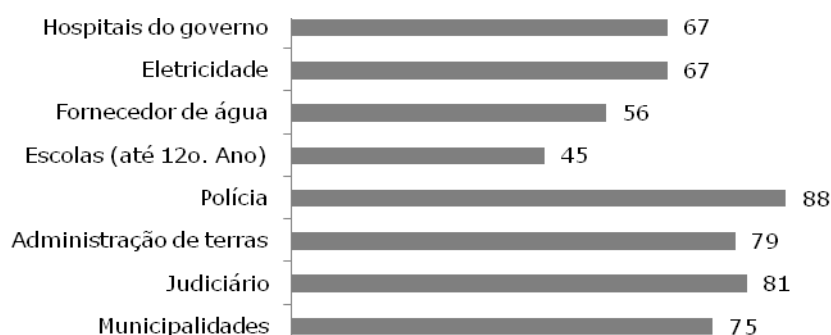


Fonte: World Bank, 2007 A.

Outro fato intimamente ligado às regulamentações, licenças e burocracia excessivas é a permissividade da corrupção. Considerada como endêmica, os pagamentos e subvenções para acelerar os processos burocráticos quase poderiam ser considerados como norma corrente e não estão restritos somente ao setor público. Por exemplo, o conluio entre fornecedores e empresas é tão comum que nem mesmo é considerado corrupção. O Instituto Transparência Internacional, que coloca o país na posição setenta e dois em seu ranking anual de percepção de

corrupção, descreve ainda que o cidadão comum envolve-se em atividades ligadas a corrupção comumente: “Cidadãos comuns do país pagam por ano um suborno de Rs 21, 068 crores enquanto se beneficiam de onze serviços públicos em um ano. Tão alto quanto 62% dos cidadãos pensam que a corrupção não é um rumor, mas eles de fatos tiveram a experiência em primeira mão de experimentar pagar suborno ou ‘usar um contato’ para ter um trabalho realizado no serviço público” (Transparency International India, 2005). Este cidadão comum percebe quase todos os serviços públicos como corruptos: 88% da população vê a polícia como corrupto, 81% tem a mesma percepção do judiciário.

Quadro 17: percepção de corrupção



Fonte: International Transparency India, 2005

Controles de preços

Eliminação de controles de preços é prática comum em reformas orientadas a mercado. Na Índia, a liberalização dos controles de preços ocorreu em um estágio inicial das reformas, com liberação em indústrias importantes: aço e ferro, carvão, fertilizantes de fosfato e potássio, jornais, nafta, óleos lubrificadas. Duas indústrias consideradas estratégicas ainda enfrentam controles de preços: petróleo e eletricidade.

No início das reformas o setor petrolífero era totalmente estatal, controlando importação de petróleo cru e a produção. Em 2007 somente havia duas refinarias privadas no total de dezenove, mostrando que a grande participação ainda continua ativa. O controle de preços seguia esquema complexo, administrado centralmente, que definia margens na cadeia e preços finais aos consumidores, de forma a cobrir os custos de produção locais e de importação. Todavia, havia subsídios cruzados

entre os produtos. Ineficiências no sistema eram sentidas em vários aspectos: baixo preço de petróleo cru não incentivava produção, refinarias não tinham incentivos a reduzir custos, subsídios fomentavam adulteração de combustíveis. Alguns passos foram dados para liberação, mas ainda há controles de preços, baseados em paridade de comércio internacional, e subsídios a empresas petrolíferas por não repasses de variações de preços internacionais (no montante de Rs11. 500 crores em 2007).

O setor elétrico costuma ser um setor regulado com controles de preços na maioria dos países. Contudo, o sistema Indiano traz sérios problemas, principalmente de subsídios cruzados entre consumidores e traz como conseqüência a deterioração da situação financeira das empresas elétricas estatais (State Energy Board, SEBs) e a falta de investimentos. Presumidamente estas empresas deveriam ter retornos de 3% sobre o capital, mas em 2007, por exemplo, atingem -27,4%, com transferências diretas do estado de Rs 13.870 crore e subsídios não-abertos de Rs 21.201 crore. Um importante avanço, a liberação do investimento privado em transmissão data de 1998. Em 2003, o Ato de Eletricidade, busca que a compra de energia seja feita por busca de custos competitivos, a redução de banda de subsídios para mais ou menos 20% e haja leilões para transmissão baseados em tarifas competitivas.

Legislação trabalhista

Uma legislação trabalhista arcaica, com impedimentos à contratação e à demissão, regulamenta os contratos de trabalho. O objetivo inicial dessa política era fortalecer os sindicatos, melhorar os salários e aumentar a segurança no emprego. Praticamente intocada no período de reformas, ainda em 1999 havia quarenta e cinco leis federais e estaduais que regulamentavam o mercado de trabalho, aplicáveis a empresas com mais de cem funcionários. Há impactos significativos na atividade econômica:

- Há encorajamento às firmas para que elas permaneçam pequenas e/ou fora do setor formal, visto que necessidades de informações ao governo e de facilidades necessárias no ambiente de trabalho são menores;
- O custo de ajuste às variações de demanda é maior que pares internacionais, em virtude das restrições e altos custos impostos à demissão de funcionários;

- Empregadores se utilizam em grande medida de trabalho informal, casual ou terceirizado;
- Há substituição de capital por trabalho, reduzindo a eficiência econômica e restringindo o crescimento potencial.

3.2.2. Política monetária

“... um ambiente macro-econômico estável, significando taxas razoavelmente baixas de inflação e déficit fiscal reduzido, é útil para crescimento econômico sustentável” (Fischer, 1993).

Política monetária nos anos 1980

A política monetária dos anos 1980 deve ser entendida no contexto de crecente déficit público do período. Salienta-se que em 1980 o déficit público representava 0,4% do PIB; em 1990 este valor já atinge 4,2% do PIB, e continua em trajetória ascendente até o começo dos anos 2000 (pico de 7,1% em 2001). Especialmente durante o período dos anos 1980 a política monetária foi direcionada para atender esta pressão do déficit, através de empréstimos ao governo.

Uma comissão independente aponta no período: “... utilizar política monetária como instrumento primário para atingir distribuição de renda não é uma proposição aceitável para mim para uma economia como a nossa. Utilizar política monetária para estimular crescimento seria um objetivo mais sustentável. Mas esta política também pode ser contra-produtiva se não se der atenção adequada para o problema de estabilidade de preços” (Chakravarty, citado em C Rangarajan, 2001).

A partir de 1985, Reserve Bank of India (RBI, o banco central) começa a utilizar um modelo semelhante a metas monetárias, informando ao mercado a estimativa de aumento dos agregados monetários. Entretanto, como existia monetização de déficit público, e o RBI não tem autonomia para exercer este controle de emissão, o valor emitido sempre diferiu do valor inicialmente informado.

Na segunda metade da década de 1980, o RBI realiza esforços para aumentar o potencial dos canais de transmissão de crédito da política monetária: flexibilização das taxas do mercado monetário; introdução de instrumentos como certificados de depósito, certificados de participação e papéis comerciais.

Ainda mais, nesta década, o regime de taxas de juros sofreu mudanças significativas. De início, houve esforço para alinhamento das taxas de juros às percepções do mercado. Também, tentativas para liberalização das taxas de juros do crédito bancário foram realizadas, mas foram suspensas em virtude da falta de preparo dos bancos em lidar com esta liberalização. Por fim, a complexa estrutura de taxas de empréstimo foi simplificada, com redução para seis níveis de taxas.

Política monetária nos anos 1990

A década de 1990 começa com inflação em alta (atinge 10,3% em 1991 e escala para 13,7% em 1992). Após crise extrema e quebra do modelo de crescimento de substituição de importações, o câmbio sofre desvalorizações sucessivas. Fluxo de capitais internacionais aumenta sensivelmente, com aumento de reservas internacionais de US\$ 9,2 bilhões em 1992 para US\$ 25,2 bilhões em março de 1995. A necessidade de financiamento da dívida pública ainda continua presente, com novo acordo entre o RBI e o governo central.

A política monetária, como consequência, teve que se adequar a estes novos desafios com nova metodologia de operação: novos canais de transmissão são abertos; com a liberalização das taxas de juros, necessário se faz o uso de operações de 'open market', entre outros. Define-se que os anos 1990 são o início do período em que a política monetária se torna instrumento independente de política econômica.

Cronologicamente as ações mais significativas de política monetária no período são:

- Grande desvalorização de 1991 dá origem a restrições de crédito com aumento das taxas de juros e restrições de financiamento a importações. Com a boa resposta da inflação às medidas, em 1992 percebe-se flexibilização das restrições, com redução das taxas de reservas;

- Melhora do cenário macro-econômico possibilita reformas no sistema financeiro, como: introdução de títulos do Tesouro de 364 e 91 dias; leilões de títulos; unificação do mercado de câmbio (em 1993), com determinação da taxa por oferta e demanda, entre outros;

- Com melhor controle da inflação e impacto das medidas já presente, anos de 1993 são de expansão do crédito. Ainda mais, o elevado influxo de capitais

internacionais, pressionada por expansão monetária. RBI utiliza-se de operações de 'open market' para neutralizar efeitos do fluxo de capitais;

- Efeito câmbio continua a ser sentido nos anos posteriores: após anos de estabilidade qualquer variação cambial causa pânico, e maior flutuação. Entre 1995 e 1996, as intervenções do RBI no câmbio, com objetivo de buscar estabilidade neste mercado, tiram liquidez do mercado monetário, aumentando as taxas de juros. Neste mesmo período há grande expansão do crédito, e quedas significativas das taxas de inflação;

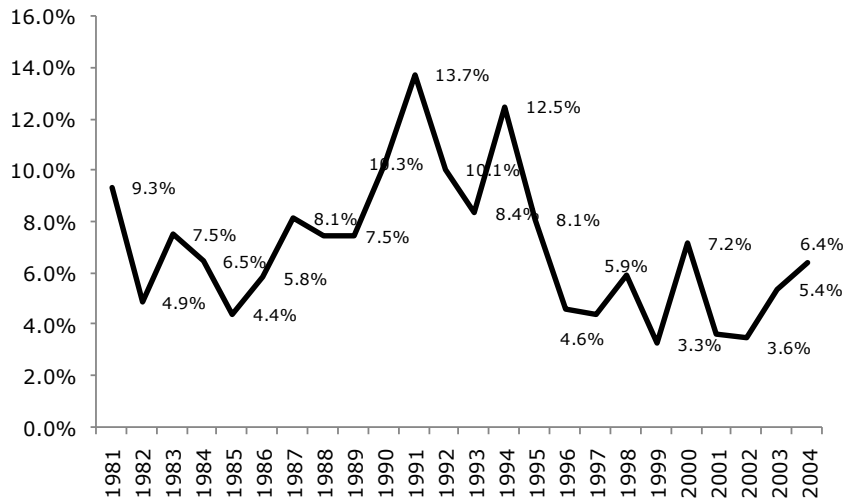
- Expansão do PIB após 1995, alinhado a baixas taxas de inflação, direciona redução das taxas reais de juros, inclusive dos títulos do governo, somente interrompida pela crise Asiática de 1997 (nota: rúpia teve desvalorização na crise, mas menos que outras moedas asiáticas).

Resultados das políticas: estabilidade de preços

O RBI teve pouco sucesso no controle à inflação. A partir de 1986 a inflação começa percurso ascendente, partindo de 4,4% neste ano para pico de 13,7% em 1992. Novo pico é atingido em 1995, com 12,5%. Ao final da década, um recorde positivo de 3,3% é atingido, para novamente voltar a subir, com menos velocidade e atingir 6,4% em 2005.

Novamente devemos dividir o período em suas duas décadas. No primeiro, a monetização do déficit fiscal é o principal direcionador das taxas inflacionárias. A participação do Estado na economia é crescente, saindo de 14% do PIB em 1980 para 17,6% em 1987. Déficit público do começo da década é de 0,40% do PIB, atingindo 4,2% em 1990 (e continuando a subir daí).

Quadro 18: inflação no atacado



Fonte: Reserve Bank of India.

Algumas palavras finais sobre política monetária

Não se pode duvidar do espantoso crescimento da economia Indiana, mas o papel da política monetária neste crescimento pode ser questionado. Se a contribuição essencial da política monetária para o crescimento é garantir a estabilidade de preços, podemos dizer que não houve sucesso na condução da política nos anos de 1980 a 2000.

A falta de independência do RBI, responsável pela monetização dos déficits, pode ser o responsável pelo insucesso da política. Outro fator refere-se à escolha do instrumento. Escolha de 'metas monetárias' como foco, especialmente em economias em transição, em que não se pode prever claramente se existe relação estável entre o instrumento (metas monetárias) e o objetivo final (estabilidade de preços) não parece ser uma boa escolha.

Ainda, a falta de maturidade do sistema financeiro limita a atuação da autoridade monetária. Canal crédito não atua perfeitamente, além de dificultar a atuação independente do RBI: há maior dificuldade de financiamento do déficit público. O financiamento à indústria também é prejudicado, afetando os objetivos de crescimento do país.

Por fim, a dualidade de objetivos pode ser inibidor do direcionamento das ações e instrumentos da política monetária. Em muitos momentos, o RBI atuou ora na estabilidade de preços, ora na manutenção do crescimento, e ainda em alguns momentos na absorção dos capitais internacionais e estabilidade da rúpia. A falta de

direcionamento claro impossibilita a formação de credibilidade do Banco Central, e este deve tomar ações mais drásticas para atingir seus objetivos do que se tivesse credibilidade.

3.2.3. Liberalização financeira

Setor bancário

O setor bancário pré-1991 concentra-se em regular e supervisionar uma economia praticamente fechada, com riscos mínimos. Bancos operavam segundo taxas de juros pré-fixadas e havia obrigações de subsídios a setor menos favorecidos. Empresas financeiras não-bancárias, como o Banco de Desenvolvimento Industrial (Industrial Development Bank of India) deveriam operar sob altas taxas de compulsório. O ambiente era, portanto, de pouca flexibilidade e com imperfeições claras na concessão de crédito.

As reformas na década de 1990 seguiam o consenso internacional segundo o qual mercados financeiros que operam sob regime de mercado livre, com regulação eficiente na gestão de riscos, podem ser importantes na melhoria do acesso ao crédito, e por conseqüência maiores investimentos e crescimento. Com este objetivo, citam-se entre as das principais reformas no setor bancário:

- Desregulamentação e liberalização de praticamente todas as taxas de juros, com exceção de: i) depósitos em conta poupança; ii) depósitos de não-residentes Indianos; iii) pequenos empréstimos de até 2 laks¹⁷; iv) crédito à exportação.
- Títulos do governo passam a ter custo determinado pelo mercado.
- Regulamentação bancária com vistas à adequação de capital, reconhecimento de receitas, classificação de ativos e provisões foi reformulada para melhor se aproximar das normas de Basiléia. Adequação às normas de Basiléia II está prevista para Outubro/ 2008 para bancos com operações no exterior e para Março/ 2009 para os demais bancos.
- Bancos passam a operar sob maior supervisão e monitoramento, permitindo a análise correta dos ativos com mau desempenho.
- Licença a bancos privados e estrangeiros para funcionamento no país aumenta sensivelmente a competição no setor.

¹⁷ 1 lakh= 100 mil rúpias.

Apesar de ter permitido melhor funcionamento do sistema bancário, as reformas trouxeram benefícios indesejáveis. A possibilidade de operar em empréstimos de médio e longo prazo oferecida aos bancos comerciais, que antes operavam somente em empréstimos de capital de giro, gerou créditos podres, em virtude da inexperiência (e incompetência) dos agentes nesta modalidade financeira. A restrição ao acesso a financiamentos de baixo custo (somente bancos comerciais podem oferecer depósitos bancários); os requerimentos de reserva estatutários; a determinação de compra de títulos do governo e empréstimos a setores menos favorecidos (agricultura, por exemplo) não só afetam diretamente a formação das taxas de juros de mercado, mas também aumentam os riscos do sistema

Como previsto o crédito aumentou sensivelmente: sem experiência os banqueiros aceitavam quase todos os projetos que lhe eram apresentados. Reporta-se que quatro em cinco desses projetos tiveram atrasos no cronograma. O sistema bancário sentiu os efeitos, através de aumento considerável de ativos sem desempenho (créditos ruins), atingindo quase 6% dos ativos em 2002. Três das cinco maiores instituições- Unity Trust of India, IFCI, IDBI, tiveram que ser socorridas pelo Governo central.

O setor se mantém através do diferencial entre as taxas de juros de depósitos e empréstimos e as diferentes maturidades de títulos do governo (com juros decrescentes). Apoio do governo, tanto na manutenção de confiança ao sistema quanto na injeção de capital, é outro pilar de suporte.

Mercado acionário

A comissão de valores mobiliários Indiana (The Securities and Exchange Board of India) não tinha poderes estatutários antes de 1992- o mercado era dominado pelos corretores. Desde então, este órgão têm implementado regulamentações de forma a aprimorar o funcionamento do mercado, reduzindo as transações com informações privilegiadas, melhorando o funcionamento efetivo das bolsas e supervisionando grandes transações de ações. O corpo regulatório inicial se desenvolveu de forma cooperativa com os agentes, através de consultas e comitês com ampla participação pública.

A modernização do sistema de negociações também atingiu a infra-estrutura tecnológica: a 'National Stock Exchange', terceira maior bolsa do mundo depois de NYSE e NASDAQ, possibilita transações eletrônicas desde 1994, tanto quanto a

' Bombay Stock Exchange', a quinta neste ranking, desde 1995. O *Financial Times*, Londres assim define a eficiência do mercado primário: "Na Índia você não pode fazer solicitação na web, mas os investidores podem acessar uma das maiores redes financeiras do mundo com mais de 7000 terminais espalhados por em torno de 350 cidades. E todo o processo de construção das escriturações e registros é público... o sistema Indiano é um exemplo animador de mercado transparente de oferta pública inicial, mas é também um caso raro, ainda mais nos mercados Asiáticos, amigáveis a transações com informações privilegiadas". (citado em Bajpai, 2006)

O mercado primário foi de tal forma reformulado que se chama a mudança de época: as empresas locais podem obter recursos locais, em bolsas internacionais ou em ambos os mercados. Como forma de medir a dimensão, em 2004-05 as empresas levantaram recursos superiores a Rs 282 bilhões. A inovação no mercado secundário também é gigantesca, correspondendo à rede com mais de dez mil terminais em quatrocentas cidades, com baixos custos de transação se comparados a alguns países desenvolvidos.

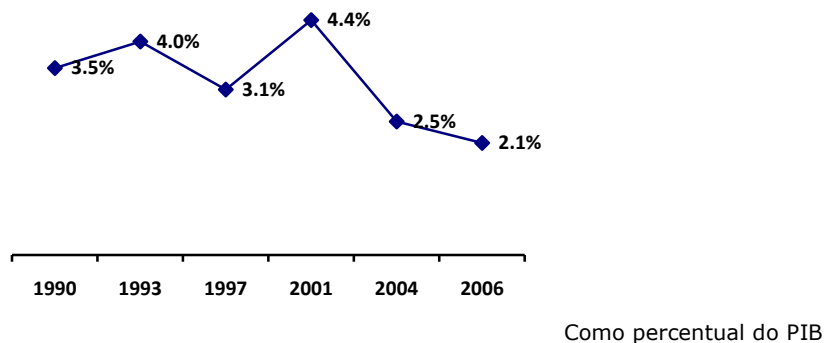
A gestão de liquidações e de riscos do sistema possibilita segurança necessária às transações. Há eficiência no fechamento das transações, em T+2, com corretores observados e monitorados em tempo real para manter a liquidez do sistema. Um exemplo: em Maio 2004 após dois dias sucessivos de fortes quedas (mais de 25%), o mercado funcionava normalmente, sem nenhuma quebra.

A governança corporativa teve momentos de aprimoramento, com adequação dos padrões contábeis às normas internacionais e formação de conselhos independentes. A comunidade internacional reconhece que estas mudanças garantem posição de destaque à Índia nesse quesito.

3.3. Poupança pública:

O desequilíbrio fiscal do governo é uma das principais causas da crise de 1991. Dessa forma, reduzir o déficit era essencial nos objetivos de política macroeconômica especialmente nos primeiros anos em que o país estava sujeito às normas de programa do Fundo Monetário Internacional. O quadro 19 mostra que os resultados obtidos são desapontadores em toda a década de 1990, começando um movimento decrescente no período posterior a 2001.

Quadro 19: déficit corrente do Governo Central



Fonte: Economic Survey, Government of India, várias edições.

3.3.1. Dinâmica fiscal

Durante a década de 1990, no qual o déficit oscilava persistentemente e com altos picos, não se pode dizer que não houve esforço do governo em reduzir despesas: todos os itens do orçamento, com exceção de pagamentos de juros, mostram tendência clara de redução. Para a Índia, reduzir as despesas de governo é um desafio ainda mais custoso: as necessidades sociais do país são bastante grandes (educação, por exemplo) tanto quanto as necessidades de investimento em infraestrutura em áreas que somente o governo pode fazê-lo (zonas rurais, por exemplo). A redução dos gastos nesses itens pode afetar severamente o crescimento. Entretanto no período entre 1991-1997 as despesas totais do governo reduziram-se substancialmente (de 19,6% para 16,6% do PIB no governo central e de 17% para 15,7% nos Estados), em virtude principalmente dos cortes nos investimentos de capital- o Governo evitou, logo, medidas mais difíceis politicamente. Muitas medidas

liberalizantes da década também afetaram as despesas do governo: o fim do sistema de substituição de importações e a liberalização das taxas de juros (e metas monetárias) tiveram impacto negativo nas contas do governo, com aumento de gastos.

O início do século XXI não mostra mudanças substanciais nos gastos governamentais e a situação só não se deteriora mais em virtude do crescimento econômico. O ano de 2004 marca uma virada na política: o Governo implementa regulação restritiva e torna a disciplina fiscal uma das prioridades de reforma. Ações de pré-pagamento de dívidas de alto custo e entrada de novo sistema de contribuição ao sistema previdenciário são algumas das medidas desse ano, seguidas por melhor monitoramento dos gastos de Governo, com métricas de desempenho.

Apesar dos avanços, ainda há muitas áreas em que se pode melhorar a gestão de gastos, a mencionar, entre outras:

- Pagamento de juros: no ano fiscal de 2004-05 o pagamento de juros soma seis vezes o pago em 1990-1991. Taxa de juros de curto prazo não era por demais elevada, 4,65%, mas a dívida crescente do governo em virtude dos itens de despesa, sim;
- Subsídios aos diversos setores industriais crescem quatro vezes no mesmo período. Além de ter impactos negativos na eficiência econômica e na decisão dos agentes, consomem recursos importantes do orçamento;

As reformas na estrutura de receitas do governo, o recolhimento fiscal, buscaram reformular a relação entre o Estado e a população, com foco em: simplificar a estrutura fiscal, movendo-se para taxas moderadas; aumentar a base de recolhimento; melhorar a administração fiscal.

Na estrutura de impostos diretos, reduziu-se a taxa de imposto de renda pessoa física de 56% em média pré-reformas para 30% e a taxa de imposto corporativo de 57,2% em 1991-92 caiu para 35%. Apesar do crescimento estável, no final da década de 1990 impostos diretos representam somente 3,5% do PIB. O sistema de isenções, contudo, indica que a base de recolhimento é muito baixa: quarenta milhões de pessoas físicas somente (em torno de 4% da população). Os impostos alfandegários caíram sensivelmente no período, em virtude da abertura comercial já mencionada. Era um custo esperado, e com a maior abertura outras fontes de renda teriam que ser buscadas.

O sistema de impostos indireto não foi totalmente convertido imediatamente para um sistema de valor agregado a princípio, mas hoje já é exercido por quase todos os

Estados, com exceção de cinco deles que se utilizam de impostos indiretos. O governo central se utiliza de outro imposto indireto, sobre produtos produzidos na Índia, truncado à manufatura e com inúmeras exceções. Ainda há utilização de impostos a setenta e um setores de serviço. As reformas não mudaram o patamar de recolhimento de impostos indiretos que se mantém a dois terços da arrecadação total (acima dos países Asiáticos e de países emergentes, com 54%).

Sabe-se que estas reformas não mudaram o patamar fiscal: a Índia é um país que recolhe um percentual pequeno de impostos em relação ao PIB, mas as taxas marginais são altas. Poirson (2006) argumenta que estas taxas marginais altas podem impactar o crescimento ao distorcer as decisões econômicas e criar um mercado negro de menor produtividade.

3.3.2. Setor público e privatizações

As reformas do setor público Indiano ocorreram em ritmo bem mais lento do que em outros países em desenvolvimento, sendo que soluções radicais foram afastadas. Nos anos 1980, as inúmeras empresas estatais (duzentos e quatorze em 1986) obtiveram maior autonomia funcional- o que não impediu que 47% operassem deficitariamente. A partir de 1990 inicia-se a venda de muitas dessas empresas, mas não com o foco britânico (*Tatcher*): a privatização dessas empresas não foi feita por convicção na eficiência do setor privado, mas por necessidades de recursos orçamentários. Mesmo com este foco, afirma-se que os benefícios secundários dessas privatizações foram significativos: redução de subsídios a estas empresas e ganho de eficiência pela administração privada. Ainda mais, optou-se por gradualismo e lentidão na privatização, por consequência da política de consenso e do ambiente institucional (jurídico, parlamentar, etc).

Em 2002 o governo central possuía ações em duzentos e quarenta empresas, vinte e sete bancos e duas grandes seguradoras, muitos das quais com prejuízos irreversíveis. Em virtude desse cenário o presidente afirmou: "É evidente que o desinvestimento em empresas do setor público não é mais um problema de escolha, é um imperativo... A prolongada hemorrhagia fiscal da maioria dessas empresas não pode ser sustentada por muito mais." (citado em Kapur e Ramamurti, 2002).

Por outro lado, a reforma do setor público não pode mais ser pensada somente pela privatização: existiam (e existem) inúmeras empresas Estatais cronicamente deficitárias que não têm perspectivas de compra pelo setor privado, a menos que haja subsídios. O fechamento dessas unidades foi decidido no início das reformas,

mas muito pouco foi feito, em virtude das pressões dos sindicatos laborais, mesmo com os pacotes demissionários oferecidos pelo Governo. Muitas dessas empresas se encontram em setores críticos de infra-estrutura, como transportes (ferroviário, rodoviário, portuário). Nesses setores, não haveria interesse pela privatização, visto os problemas trabalhistas. A expansão e melhoria de serviços seriam realizadas pela terceirização de partes do serviço. No setor bancário, por exemplo, apesar das restrições a privatização de bancos estatais, a liberalização de entrada de bancos estrangeiros permitiu a modernização do setor, via competição¹⁸.

¹⁸ As empresas elétricas estatais (SEBs) são a maior causa de problema entre as companhias deficitárias. Ver tópico sobre controle de preços.

3.4. Progresso técnico (papel da PTF)

Progresso técnico exerce papel central em boa parte dos modelos teóricos de crescimento econômico, seja de forma endógena ou exógena. No modelo neoclássico, este fator conhecido por produtividade total dos fatores, ou resíduo de Solow, direciona todo o crescimento de longo prazo na economia.

Com todas as reformas dos anos 1990, era de se esperar que houvesse uma mudança nos padrões de produtividade na economia Indiana. Rodrik e Subramanian (2004) sugerem que esta hipótese é verdadeira: no período 1980 a 1999 a PTF responde por 57% do crescimento do país, comparado a 9% nos vinte anos anteriores.

Bosworth e Collins (2007) mostram, contudo, que a aceleração não foi constante em todos os setores econômicos. Na agricultura, por exemplo, nos anos pré-reforma, a PTF representa 1%, e a partir de 1993 este percentual cai pela metade. Autores notam que o mais impressionante é que este setor continuando absorvendo mão-de-obra (crescimento do emprego: em torno de 1,4% no período), em virtude da falta de possibilidades na indústria e no setor de serviços em relação ao crescimento da população.

Na indústria, por outro lado, a participação da PTF quase triplica, passando a quase 1,1% do percentual de crescimento. Compartilha com o crescimento do emprego (3,1% de 1993-04) o papel de direcionador do crescimento desse setor econômico, que continua a manter-se em patamares baixos em relação a seus pares internacionais (menos de 30% do PIB; na China em torno de 50%).

O setor de serviços é majoritariamente direcionado pelo crescimento da PTF, que atinge quase 4% no período 1993-04. Considerando que o valor agregado por trabalhador cresce quase 5% anualmente, e há somente um modesto aumento de capital por trabalhador, estes resultados são ainda mais impressionantes.

Rodrik e Subramanian (2004) têm um posicionamento interessante em relação ao papel da PTF: o gatilho de crescimento teria acontecido no início dos anos 1980 com uma mudança de atitude do governo em relação ao empresariado, que se reflete no aumento da produtividade. Indira Gandhi ao retornar ao poder em 1980 teria direcionado o governo de atitude hostil ao empresariado a atitude de suporte. Políticas pró-empresas, e não pró-mercado, tiveram efeito considerável em uma democracia na qual a regra da lei prevalece, bem acima do esperado para um país de renda tão-baixa. A resposta do empresariado foi imediata com grande aumento

de produtividade, um fenômeno facilitado pelo fato do país estar longe de suas fronteiras de possibilidade de renda. Dessa forma, não seriam as reformas da década de 1990 que deram o pontapé inicial no crescimento, mas sim o posicionamento de Indira Gandhi. As reformas complementam o processo, dando novo fôlego ao crescimento.

Quadro 20: produtividade total de fatores, participação em pontos percentuais

	Contribuição de			
	Capital físico	Terra	Educação	PTF
Economia total				
1960-80	0,72		0,43	0,12
1980-99	1,18		0,33	1,06
Agricultura				
1978-1993	0,2	-0,1	0,2	1,0
1993-04	0,7	-0,1	0,3	0,5
Indústria				
1978-1993	1,4		0,4	0,3
1993-04	1,7		0,3	1,1
Serviços				
1978-1993	0,3		0,4	1,4
1993-04	1,1		0,4	3,9

Fonte: Rodrik e Subramanian (2004), Bosworth e Collins (2007)

4. Os impactos do hinduísmo no crescimento econômico

No último censo realizado na Índia, em 2001, da população total de mais de um bilhão de pessoas, 80,5% declararam-se seguidoras do hinduísmo. Se somarmos sikhs, jains e budistas, religiões descendentes dos livros tradicionais hindus, pode-se dizer que 83,5% da população Indiana segue filosofias orientais milenares. Por outro lado, dados da "World Values Survey" mostram que 75% da população se considera uma pessoa religiosa; 93,3% considera 'Deus' muito importante em suas vidas; 84,6% acreditam que a religião lhe dá conforto e força.

Estes dados isolados configuram para a Índia um panorama de país em que a religião apresenta um papel significativo na vida cotidiana da população. Mas a princípio pode parecer um salto lógico afirmar que este comportamento religioso da população pode influenciar suas decisões racionais no direcionamento da atividade econômica. Adam Smith em "A Riqueza das Nações" já em 1776 fornece um esclarecimento sobre o tema: desde que a religião e suas crenças funcionem como restrições na percepção e julgamento dos indivíduos, pode-se esperar que ela produza um efeito econômico significativo. (Anderson, 1988)

Este capítulo foca no aspecto religioso-filosófico da sociedade Indiana em busca dos seus impactos no crescimento econômico. A princípio, de forma a contextualizar o estudo, apresenta-se um breve resumo da filosofia hindu. Sendo esta pouco conhecida em nossa sociedade e com bases metafísicas diferentes dos padrões Ocidentais esta contextualização se torna necessária. A seguir, far-se-ão algumas hipóteses sobre como esta filosofia impacta o crescimento econômico, em dois momentos: primeiro a visão pessimista de Max Weber, pela qual o hinduísmo focado em outra-vida não geraria desenvolvimento econômico e social; logo a seguir alguns contra-argumentos, com ênfase no contra-argumento de Morris e na visão de Amartya Sen sobre o racionalismo hindu.

Como base de sustentação, evidências empíricas, em um modelo econométrico com base na hipótese de convergência condicionada, são apresentadas. Com lentes grossas, visando à superfície, este modelo pode ser descrito como uma extensão do modelo tradicional de Barro (1991).

4.1. A filosofia hindu¹⁹

“Possa o meu discurso ser um com a minha mente, e possa
minha mente ser uma com meu discurso.

Ó auto-iluminado Brahman, remova o véu da ignorância da
minha frente, que eu possa ter esta luz.

Revele-me o espírito das escrituras.

Possa a verdade das escrituras estar sempre presente em mim.

Possa eu dia e noite procurar realizar o que eu aprendi dos
sábios.

Posso eu falar a verdade de Brahman.

Posso eu falar a verdade.

Possa esta verdade me proteger.

Possa esta verdade proteger meu mestre.

Om... paz- paz-paz.

Rg- Veda.”

(citado por Prabhavanand, 2003).

Em um milhar de anos antes da Era Cristão, Brahman, a origem divina, a energia criadora, disseminou a ‘Verdade’ aos habitantes do Vale do Ganges, na península Indo-Asiática. Estes escritos conhecidos como ‘Vedas’, os únicos de origem divina formam a base da filosofia²⁰ dita Hindu. O canto acima, traduzido do primeiro Veda, apresenta uma primeira síntese dessa filosofia:

- A crença em uma energia criadora única, Brahman²¹. Necessário se faz um esclarecimento: o conhecimento comum ditaria que os hindus crêem em um milhar de deuses. Seria uma distorção da filosofia tradicional: há somente uma energia criadora, e os ditos ‘deuses’ têm origens nesta energia vital. Seria, logo, uma religião monoteísta. Os inúmeros deuses são a manifestação dessa energia, em seus diversos aspectos;

¹⁹ Neste capítulo se apresentará a visão de consenso entre as diferentes linhas hindus.

²⁰ Para os povos orientais, os termos filosofia e religião são sinônimos. Dessa forma, ambos serão utilizados nesse texto para denominar o grupo de conhecimento Hindu.

²¹ Algumas palavras do sânscrito não têm tradução literal em nossa língua por representarem conceitos orientais. Por exemplo, segundo a filosofia hindu ‘gunas’ formam a estrutura material do universo. Seriam seus elementos constituintes. Atman representa a verdade absoluta do ser individual, a sua origem imutável. Brahman, por outro lado, poderia ser traduzido como Deus, mas não na concepção ocidental cristão. Brahman representa a energia criadora, a origem; sua percepção está restrita aos sábios que atingiram a iluminação.

- Sendo Brahman sem começo e sem fim, transmite a cada um esta imutabilidade, constituída em seu Atman. Conhecer o Atman individual, percebê-Lo em sua plenitude é objetivo dos hindus. Conectá-lo aos aspectos exteriores da vivência é parte do caminho à liberação, moksa, do ciclo de reencarnações (Darma) ²². Seria logo, este o sentido de 'ser a mente uma com o discurso';
- Conhecimento e percepção da verdade, saindo da ignorância da vida material, apresentam-se como outra etapa do caminho de liberação. Este conhecimento não é somente intelectual, mas perceptível: deve-se perceber a Verdade. "o homem sábio que vê-Lo revelado em sua própria alma, a este pertence a paz eterna".
- Ouvir sobre a Verdade, refletir sobre ela e meditar sobre a realidade definitiva. São estes os caminhos para o mais elevado estado de consciência. Ouvir sempre dos lábios de um guru, um professor iluminado. ('possa esta verdade proteger meu mestre', para que eu possa ouvir dele a Verdade que me libertará). Utilizar-se da yoga²³, os exercícios para a arte da concentração e meditação;

Não citada no hino, mas outro fundamento da filosofia: o karma, as ações, não como atos isolados, mas como um fluxo de causas e efeitos. "um homem de boas ações se torna bom, um homem de más ações se torna mal", de forma que as fortunas que esperam os homens na pós-vida dependem de suas qualidades morais. Mas não há no hinduísmo algo como eterna purgação, todos atingirão a libertação, a velocidade a depender de seu karma.

O controverso, e complexo, sistema de estratificação social baseado em castas têm origem Védica, os primeiros escritos, nos deveres de acordo com as diferentes ordens da vida. Filósofos aceitam a visão segundo a qual as três gunas (equilíbrio, atividade, inércia) existem e trabalham em cada homem, mas em cada um há uma predominante, determinando seu temperamento e a casta a que pertence. As escrituras sagradas destinam a cada um destes temperamentos uma diferente regra de conduta. ²⁴

²² Diferenças quanto à natureza exata de moksa constituem um dos principais pontos de conflito nas escolas de pensamento hindus. Variações na experiência de realizar a vida transcendental, explicações sobre o inexplicável, seriam estas diferenças.

²³ A palavra yoga significa literalmente união. Mostra os métodos possíveis de união com a divindade.

²⁴ Para descrição dos escritos sagrados que compõem a filosofia Hindu, ver apêndice 01. Para alusões ao sistema de castas nestes escritos e a leitura de Max Weber ver apêndice 02.

4.2. Potencias impactos econômicos

A. Visão pessimista de Max Weber²⁵

Após praticamente fundar o ramo da ciência sociológica que analisa o impacto das religiões no desenvolvimento econômico, com o clássico "A ética protestante e o espírito do capitalismo", Max Weber direciona seus esforços e penas para o estudo das religiões orientais; primeiro, "The religion of China: Confucianism and Taoism", logo seguido por "The religion of India: Hinduism and Buddhism".

Neste estudo, Max Weber define a importância da Índia como comparável à Helênica e faz algumas hipóteses bastante pessimistas sobre o impacto do Hinduísmo no crescimento econômico. Suas análises baseiam-se no pressuposto comum a todas as filosofias asiáticas: o conhecimento, seja ele conhecimento literal ou místico, é o único e absoluto caminho para a maior santidade aqui e na vida futura. Mas não o conhecimento da natureza e da vida social, ou das leis que os relacionam. Conhecimento do significado do mundo e da vida. De acordo com as circunstâncias, só a sabedoria fornece poder ético ou mágico sobre si e sobre os outros. Atinge-se o conhecimento por um treinamento intensivo do corpo e da mente, através do asceticismo ou, como regra, através de meditação metodológica e severa.

Uma das conseqüências desses pressupostos é a formação de uma aristocracia redentora, na medida em que a capacidade de gnose mística é um carisma não acessível a todos. Correlacionadamente, a sociedade adquire um caráter não-social e apolítico. Conhecimento místico não é comunicável racionalmente, e aqueles que buscam a maior santidade são levados a um outro-mundo, um reino de racionalidade não-formada. A desvalorização desse mundo e de seus direcionadores é uma conseqüência natural.

Outro aspecto, a questão determinística do karma determina que não há escape para a vida, se não pela gnose para o reino do outro-mundo. Desenvolve-se um modo focado no mundo interno, na indiferença ao mundo exterior, uma proteção ao mundo e aos próprios atos. Estaria de acordo neste ponto com C.G. Jung, que argumenta no seu livro "Psicologia e Religião Oriental" (1971) que este seria um conflito sobre a realidade psíquica do Ocidente versus o Oriente. No último, a realidade psíquica é condição única e fundamental da existência. De forma, que a

²⁵ O texto e os pensamentos de Max Weber serão a base deste sub-capítulo. Contudo alguns aspectos serão suportados pelo texto de Carl Gustav Jung "Psicologia e Religião Oriental".

introversão é o estilo do Oriente, enquanto que a extroversão seria o estilo do Ocidente, que considera a primeira uma anomalia patológica.

Weber continua seu argumento afirmando que o caráter místico e da gnose não oferece espaço para a formação de uma metodologia racional e adequada para a vida exterior. A magia se torna o cerne da religiosidade de massas. Este mundo altamente irracional, de magia universal, tem efeitos econômicos: feitiços contra a competição econômica, para ganhar conflitos legais, para assegurar a riqueza e/ou o sucesso dos empreendimentos; e assim os Indianos literatos ou não vivem a vida diária. “Uma ética e metodologia de vida prática racional não emerge deste jardim mágico que transforma toda a vida ao seu redor”.

Ainda mais, este sistema direciona a falta de exatamente o que garantiu o sucesso do Ocidente, principalmente protestante: o direcionamento da atividade econômica por um sistema racional e ético, como o asceticismo do mundo interior do Protestantismo. Pergunta-se: como pode este modelo repetir-se em uma religião que prega a mendicância, em períodos longos de não-trabalho, como ideal de vida?

Jung levanta outro aspecto que suporta o ponto de Weber: “O hindu não consegue esquecer nem o corpo nem o espírito. O europeu, pelo contrário, sempre esquece um ou outro. Foi graças a esta capacidade que ele conquistou antecipadamente o mundo, isso não ocorrendo com o hindu²⁶.”

Por fim, Weber conclui que: “A ordem interna, factual, do mundo real como das artes, da ética, e da economia continua oculta às camadas sociais distintas porque isto é tão estéril para seus interesses particulares”. (Weber, 1958- pag. 343)

O sistema de castas, por Weber

Esta estratificação social teve e ainda pode ter alguns impactos significativos na atividade econômica. “Estes efeitos são essencialmente negativos...”. “Nosso ponto básico é que esta ordem é por sua natureza tradicionalista e anti-racional em seus efeitos” (Weber, 1958, pag. 111).

Um deles, bastante interessante: o uso de novas técnicas por uma casta profissional dá origem a uma nova sub-casta, em geral de posição social inferior. Ainda mais, estas classes profissionais, ligadas à indústria, são essencialmente tradicionalistas e os pilares da segregação de castas. Como consequência, a inovação tecnológica e o recrutamento de trabalhadores à indústria moderna seriam prejudicados.

²⁶ Apesar de aparente pessimismo, Jung termina o texto afirmando: “... que eu não considere as aquisições espirituais do Oriente como o que de mais grandioso o espírito humano jamais criou.”

O tradicionalista do sistema de castas, que a sociedade acreditava garantir a estabilidade e a posição social de seus membros, não poderia dar origem ao capitalismo moderno. Weber argumenta que a empresa moderna fez sua entrada na Índia pelas mãos dos britânicos, com incentivos diretos e fortes. Mesmo assim no início do século passado a participação da população nas indústrias era baixa e o recrutamento de pessoal bastante complicado²⁷. Um ponto adicional levantado refere-se à disciplina e à produtividade do trabalho: "Disciplina no sentido europeu é um conceito estranho ao trabalhador" (Weber, 1958, pag. 114).²⁸

Seria impossível através de a racionalidade econômica mexer no sistema de castas que se baseia na doutrina do karma. Na Índia a idéia de nascimento por acidente não existe: um hindu ortodoxo confrontado com uma pessoa em situação deplorável logo imagina que esta pessoa ainda tem muitos pecados a serem redimidos. O reverso desta análise é que potencialmente a pessoa não se esforçará para melhorar sua condição social nesta vida, porque se seguir as regras de sua casta na próxima vida terá uma situação melhor em outra casta. "A doutrina do karma transformou o mundo em um cosmo estritamente racional, eticamente determinado". (Weber, 1958, pag. 121).

Ainda mais outro ponto mantém a estabilidade do sistema, que avançou ao longo dos séculos em virtude de uma condição existente somente neste país: a invasão por povos de inúmeras etnias com conflitos raciais visíveis socialmente pela cor da pele. Por conseqüente, a necessidade de estratificação social aliada à doutrina do karma construiu um pensamento ético racional quase imutável. A promessa do renascimento possibilita poder sobre o pensamento e fomenta o esquema religioso e de integração de classes profissionais e de párias sociais.

Evidências empíricas pró-Weber

O texto de Weber publicado em 1958, com uma visão do início do século XIX, pode parecer desatualizado. Todavia alguns estudos recentes mostram que o sistema de estratificação social baseado em castas ainda influencia a atividade econômico-social.

²⁷ Nota-se que ainda no século atual a participação da indústria na economia é baixa, em torno de 21% (RBI, 2006) e manteve-se constante nos últimos vinte e cinco anos.

²⁸ Como ilustração considere que a produtividade total dos fatores (PTF) na Índia mantém-se abaixo de seus pares. Bosworth e Collins mostram que de 1978 a 2004, a PTF na Indústria Indiana atinge 0,6%; na China este valor é de 4,4%. Com todas ressalvas de costume quanto a PTF, existe um fator não explicado na evolução da Economia. Seria a falta de disciplina descrita por Weber?

Munshi e Rosenzweig (2005) mostram que a mobilidade social e geográfica neste país ainda é significativamente baixa. Nas zonas rurais, a taxa de migração para outras vilas era de 10% em 1982 e até decresceu em 1999 para 6%. Casamentos fora da casta original quase não existem: entre adultos de vinte e cinco a quarenta anos, a taxa de casamentos fora da casta era de 7,6% em Mumbai²⁹, 6,2% nas plantações do sul e 9,1% na população rural de dezesseis Estados. A rede de segurança social apropriada pela participação nas castas tem papel relevante nesta mobilidade restrita através de créditos a taxas menores para estabilização de consumo. Crescimento econômico que eleve a riqueza das castas, mas não aumenta a iniquidade intra-casta, não tem impacto algum na mobilidade. Se houver entretanto aumento da iniquidade intra-casta a mobilidade será ainda mais afetada, visto que os mais ricos tenderão a sair da rede de proteção, mas os mais pobres se ligarão a esta rede mais fortemente. Autores concluem que a resiliência das redes de castas serão responsáveis pela estabilização do consumo na Índia rural pelo futuro visível.

Deshpande (2000) realiza um estudo de caso no Estado de Kerala para determinar se as castas ainda determinam disparidade. Kerala, um Estado do Sul, têm longo histórico de ações afirmativas em favor das castas discriminadas de baixo nível. A disparidade de despesas de consumo entre as castas e tribos de mais baixo nível³⁰ em relação às demais é considerável: nível educacional médio é alfabetizado, mas inferior ao primário nas castas baixas e entre o primário e secundário nas demais; no consumo de alimentos, as castas baixas rurais gastam 998 rúpias enquanto as outras castas rurais gastam 1.276 rúpias em cada domicílio por mês. Conclui argumentando que mesmo no Estado igualitário que é Kerala as castas ainda definem a disparidade social.

Para encerrar, Majumdar (2005) em estudo focado nos desafios da educação secundária mostra que os membros das castas e tribos de baixo nível têm acesso e resultados inferiores a seus pares neste nível educacional. No Estado de Tamil Nadu 57% dos meninos das castas de baixo nível passam nos testes de nível secundário enquanto que a taxa média é de 68,3%. Em Kerala, a diferença é ainda maior: 61% dos alunos passam no exame de saída do segundo-grau; entre as castas baixas a taxa de aprovação é de 39,5%.

²⁹ Algumas cidades Indianas mudaram de nome recentemente, em movimento nacionalista, de negação da colonização Britânica. Mumbai, por exemplo, era conhecida como Bombay.

³⁰ 'Scheduled' no termo original, intocáveis como eram conhecidas anteriormente.

B. Contra-argumentos

Explicitamente negando os efeitos do sistema Hindu de valores

Professor Emérito de Sociologia e História Econômica da Índia na Universidade Brown (USA) Morris David Morris escreveu no final da década de 1960 um artigo explicitamente contra-argumentando as análises realizadas por Weber.

O primeiro ponto levantado por Morris é que não há uma única posição ideológica Hindu que define o comportamento econômico: a literatura bramânica contém uma diversidade de argumentos e não há um só "livro" de verdade. Mesmo esta literatura estava restrita a uma elite social incrivelmente pequena. Some-se a este conhecimento restrito uma fragmentação geográfica histórica e se poderia perguntar se esta teoria teria efeitos econômicos. Ainda mais, em trabalhos de campo, antropólogos argumentam que grupos que se incorporaram historicamente às castas hindus não aspiram aos valores bramânicos, mas a eles tendiam a ser repulsivos.

Um exemplo citado pelo autor: a indústria de algodão no século XIX foi desenvolvida graças à agressividade dos empreendedores Indianos e não dos Britânicos, em setor no qual os últimos eram mais competitivos e no qual exerciam maiores pressões sobre seus colonizados. "Na Índia, era o capital Britânico que era cauteloso; capital nativo e empreendedorismo eram agressivos, racionais e criativos" (Morris, 1967, pag. 599).

Outro contra-exemplo seriam os investidores Bengaleses (Nordeste do país) que também no século XIX não investiram em fábricas modernas, mas sim em agricultura e atividades rurais. Estariam estes investidores restritos pelo sistema de valores? Segundo Morris não: estes são agentes racionais e apenas respondem a incentivos como oportunidades, retornos maiores que a indústria e riscos associados a barreiras econômicas e políticas.

Quanto à dificuldade de recrutar trabalhadores: estudos históricos mostram que na indústria de algodão de Mumbai e na de aço e ferro de Jamshedpur (Nordeste, a 226 km de Kolkata) não havia problemas de recrutamento e as curvas de oferta de trabalho apresentam-se em acordo com os modelos ortodoxos.

Por outro lado, a cooperação entre as sub-castas, *jatis*, é efetiva, pelo menos nas empresas de Ahmedabad (maior cidade de Gujarat, Noroeste) e de Mumbai. Veja o exemplo da família Tata, uma das principais famílias empreendedoras parsi: o pai de J.N.Tata (fundador do conglomerado de indústrias) foi aprendiz de um banqueiro e

negociador Hindu, posteriormente associando-se ao Brahman, Premchandt Royachand.

Ao final, Morris vai além concluindo que não há uma definição precisa do sistema de valores Hindu que possa ser identificada como um obstáculo ao crescimento e/ou mudanças econômicas. "O que estou dizendo é que para o historiador econômico parece não haver diferenças analiticamente diferentes entre a civilização Indiana e qualquer outra" (Morris, 1967, pag. 607).

Destruindo o mito de 'outro -mundo'

O diplomata e diretor do Centro Nehru em Londres, Pavan Varma (2004) enumera inúmeros aspectos que destroem a figura de 'outro mundo' que os povos ocidentais têm dos Indianos. "Indianos promoveram deliberadamente uma imagem de outro - mundo... Esta imagem é um mito. Indianos sempre tiveram uma inclinação pé no chão para o mundo materialista" (Varma, 2004, pag. 61).

Argumentos mostram que entre a metafísica Hindu e a realidade das ruas há uma grande diferença. Por exemplo: a metafísica Hindu determina que o Absoluto não tenha atributos, mas os Hindus, sem questionar a elevação de tal conceito, humanizaram extravagantemente seus deuses.

O devoto Hindu busca desses deuses benefícios e favores neste mundo: saúde, riqueza, melhores colheitas, etc. Os principais deuses do panteão Hindu ilustrariam esta busca material. Lakshmi, a deusa da fortuna e prosperidade é presença certa em quase todos os lares. E o que dizer do deus de cabeça de elefante, Ganesha? Filho de Shiva e Parvati, o deus da sorte, transcende divisões sectárias e é o mais procurado para remover obstáculos a sucessos mundanos.

Hinduísmo também proveria sanções filosóficas à busca da riqueza material, sendo quase a única religião a colocar a satisfação dos desejos físicos e a busca da prosperidade como objetivos supremos da vida. "Bem-estar material nunca foi visto como um obstáculo à moksa; pelo contrário somente uma pessoa de posses poderia propriamente se dedicar à busca da salvação" (Varma, 2004, pag. 66)

Empreendedorismo e inovação também seriam características do povo Hindu. Em país de escassez histórica, uma oportunidade perdida de utilizar-se dos recursos existentes não seria perdoadada. No léxico econômico nada seria sem valor e não poderia ser reaproveitado. O sucesso das empresas de pequeno porte é um bom exemplo dessas características.

Por outro lado, a busca pela riqueza mundana sem conflitos éticos tem como contra-partida a corrupção. A noção de certo e errado dos Indianos estaria muito mais ligada a sua eficácia do que a preceitos éticos. No dia-a-dia dos negócios este povo pode viver com um déficit ético facilmente; a prioridade é sobreviver, não se salvar.

Mesmo a teoria do karma teria outro efeito: a pobreza e a fome dos pobres podem esperar pela próxima vida sem necessidade de intervenção humana. De forma que se houver uma boa oportunidade esta deve ser buscada pelo próprio esforço e ganhos pessoais e não pelo bem da comunidade.

Todavia se este povo é tão materialista qual seria o espaço da espiritualidade? "... na Índia afirmação de um atributo nunca nega completamente outro. Este não é um país de simples brancos e pretos. Não pode ser compreendido por um mecânico sim ou não. Sombras de cinza mostram os contrastes mais vívidos." (Varma, 2004, pag. 96). A grande população Hindu, os deuses que proliferam, os astrólogos por toda parte mostram a religiosidade do povo. A população não se interessa pela filosofia, pelas seis escolas de pensamento, mas se foca nos rituais religiosos e nas recompensas que estes podem trazer. Um Indiano seria inerentemente um empreendedor e buscando ser um devoto, sendo um a extensão sem fim do outro.

O autor conclui seu raciocínio com um texto do jornalista James Cameron de 1947 que ilustra perfeitamente a verdade percebida:

"Eu gosto da noite na Índia, o momento mágico quando o som balança a borda do mundo, o silêncio descende, e dez mil servidores públicos rumam para casa em um rio de bicicletas, meditando sobre Lorde Krishna e o custo de vida" (Varma, 2004, pag. 103).

Heterodoxia racional

O professor Amartya Sen usa os mesmos textos sagrados para fazer um argumento oposto a Weber: a longa história filosófica Indiana (e Hindu) é permeada pela racionalidade e pela heterodoxia. "O Indiano Argumentativo" seu livro de coletâneas publicado em 2005 já no prefácio nos brinda com o argumento: "Os Vedas podem estar cheios de hinos e invocações religiosas, mas eles também contam histórias, especulam sobre o mundo e- verdadeiro na propensão argumentativa em vista- fazem perguntas difíceis." (Sen 2005, xi). O Baghavat Gita é citado como exemplo do debate de idéias opostas: o príncipe Arjuna a iniciar a

batalha final se questiona se deve ou não seguir. Lorde Krishna argumenta a seguir que sim, cada um deve seguir seu dever e tomar as ações necessárias. O argumento seria sumarizado por T.S. Eliot "e não pense no resultado das ações/ vá à frente". Entre outros exemplos, Amartya Sen defende que esta história argumentativa não estaria restrita aos homens de castas superiores, mas estaria presente em todas as classes e sexos. Mesmo o sistema de castas e a hierarquia teriam sido constantemente questionados, com a utilização de argumentos contra a ortodoxia, até mesmo nos primórdios dos clássicos hindus. Em seu ponto de vista, o Hinduísmo promoveria com clareza crenças heterodoxas com uma variedade de argumentos bem desenvolvidos. A liberalidade de pensamentos seria a contribuição Hindu ao mundo filosófico.

Especificamente sobre a não-propensão do hindu ao trabalho e à vida deste mundo, um texto do Ramayana é citado: "Eu tenho ansiedades por aqueles que, negligenciando todos os deveres e trabalhos que estão na alçada da percepção, se ocupam da virtude celeste somente. Eles somente sofrerão de várias misérias aqui na Terra, precedendo sua aniquilação pela morte".

Contudo de que forma esta rica tradição argumentativa afetaria a vida atual Indiana? Na vida pública o questionamento heterodoxo seria o estado natural, influenciando a política, e mais profundamente o desenvolvimento da democracia e do Estado secular. A tolerância à diversidade com suporte de argumentos em favor da riqueza da variedade, com conseqüente necessidade de interação, com respeito mútuo e através do diálogo teria, logo, impacto determinante na formação e da manutenção do caráter democrático do país.

Vida secular seria conseqüência da heterodoxia argumentativa. Como exemplos, poder-se-ia citar o respeito à ausência de vida religiosa, presente nos séculos de vida Indiana: o sânscrito tem o maior volume de textos agnósticos e ateístas das línguas clássicas. Não seria difícil de notar, também, que o avanço científico estaria intimamente ligado ao papel da heterodoxia: ciência constrói-se com pontos de vistas opostos. No trabalho completado no ano 499, Aryabhata distanciava-se em conceitos matemáticos (como o sistema decimal) dos árabes e iranianos, que generosamente reconheceram a importância dos trabalhos Indianos no desenvolvimento dessa ciência.

Sen argumenta que ver as tradições Indianas como majoritariamente religiosas ou profundamente anti-científicas envolve uma simplificação do passado e presente do país. Seria uma distorção da visão do Ocidente, que enfatiza o contraste entre o

que seria a racionalidade Ocidental e o que estes Ocidentais vêem como irracional nas tradições Indianas. Estar-se-ia exagerando os aspectos arcaicos e não-materiais das tradições Indianas comparados com os elementos racionalistas e analíticos. “Enquanto Índia certamente herdou uma vasta literatura religiosa, uma grande riqueza de poesia mística, especulações formidáveis sobre assuntos transcendentais, e ainda mais, também há uma enorme- e freqüentemente pioneira- literatura que se estende por mais de dois mil e quinhentos anos sobre matemática, lógica, epistemologia, astronomia, fisiologia, lingüística, fonética, economia, ciência social e psicologia, entre outros assuntos preocupados com o aqui e o agora.”

4.3. Evidências empíricas: teria o hinduísmo impacto em crescimento?

As visões sobre os impactos econômicos da religiosidade, no caso específico, sobre o hinduísmo, apresentam-se controversas e inconclusivas. A depender do autor, pode-se afirmar que há impacto positivo ou negativo, ou até mesmo impacto algum. Neste sub-capítulo, desenvolve-se uma análise empírica com objetivo de afirmar se e qual o sinal do impacto da filosofia hindu no crescimento econômico. Primeiramente comenta-se brevemente sobre o modelo teórico utilizado, a convergência condicional. A seguir, apresentam-se as hipóteses de estudo e os resultados obtidos.

Convergência condicionada

A teoria neoclássica de crescimento prevê que dadas, entre outras, características de poupança e crescimento populacional, os países atingem um produto nacional real per capita potencial, conhecido na literatura como produto de estado estacionário. Cada país caminha para seu estado estacionário a partir do produto atual, através de taxas de crescimento mais ou menos elevadas, com velocidade inversamente proporcional à distância do estado estacionário. Diz-se, logo, que independente do produto inicial, há convergência para o estado estacionário.³¹

Por esta linha de raciocínio, pode-se concluir que dois países com características semelhantes atingem o mesmo estado estacionário. A depender de seu estado inicial, apresentam taxas de crescimento diversas, de forma a atingir o produto de equilíbrio final. Este fenômeno é conhecido como convergência absoluta, e pode ser testado

³¹ Apêndice 03 faz a derivação formal dessa conclusão.

empiricamente, por exemplo, através dos testes de β - convergência, ou testes de Barro³².

Testes empíricos mostram que há convergência absoluta somente em grupos semelhantes de países e regiões. Em um de seus primeiros trabalhos sobre convergência, Barro (1991) defende que em grupo de noventa e oito países não há convergência absoluta: correlação entre crescimento do produto real (1960/1985) e produto inicial (1960) é de apenas 0.09. Barro e Sala-i-Martin (2004) argumentam que em grupo semelhantes há convergência absoluta, como os Estados dentro dos Estados Unidos da América (há convergência nas taxas de crescimento no período de 1880-2000).

Sala-i-Martin (2002) diagnostica que os inúmeros testes empíricos sobre convergência absoluta assumiram que todos os países caminhavam para o mesmo estado estacionário. Os modelos econométricos que negligenciam este fato sofrem de problemas de correlação do termo de erro com a variável explanatória, de forma que os testes que concluíam que não havia associação entre crescimento e produto inicial eram um artefato estatístico resultante de má-especificação inicial do modelo.

De forma a solucionar este viés, assumindo que cada país caminha para seu estado estacionário, os pesquisadores incluíram em seus modelos variáveis que poderiam afetar estes estados estacionários, formatando a convergência condicional: "Condicional neste sentido técnico significa extrair das taxas reais de crescimento entre países efeitos de outras variáveis" (Pritchett, 1996).

A convergência condicional seria, segundo Sala-i-Martin (2002), uma regularidade empírica de forma que os dados estariam condizentes com a teoria neoclássica de retornos decrescentes. Mankiw et al (1995) notam que vários autores realizaram modelos para analisar a convergência condicional, com resultados positivos e robustos a diversas amostras.

³² Ver apêndice 04 para demonstração formal do teste de Barro de convergência absoluta.

Hipóteses de estudo

A convergência condicionada permeia os modelos do presente estudo. Constrói-se a princípio um modelo (zero, 0) que testa a convergência entre grupo de oitenta e oito países³³, sujeito aos fatores básicas do modelo Solow-Swan que determinam o estado estacionário: crescimento populacional e investimento em capital físico. Pressupõe-se que a taxa de depreciação do capital físico e de progresso técnico são semelhantes entre países. Este modelo, nomeado de 'base' teria a especificação:

$$\frac{1}{30} \log\left(\frac{y_{00,i}}{y_{70,i}}\right) = \alpha_0 + \alpha_1 \log y_{70,i} + \alpha_2 ki_i + \alpha_3 fert_{70,i} + \epsilon_{i,t} \quad (4.0)$$

Sendo:

$y_{00,i}$: PIB real per capita no ano 2000, para país i

$y_{70,i}$: PIB real per capita no ano 1970, para país i

ki_i : taxa média de investimento em capital físico de 1970 a 2000, para país i

(utilizada como *proxy* para taxa de poupança)

$fert_{70,i}$: taxa de fertilidade em 1970 a 2000, para país i (utilizada como *proxy* para crescimento da população)

A partir desse modelo realizam-se testes de convergência condicionando o crescimento a outros fatores. O modelo um (1) testa se o país Índia tem maior crescimento que os demais países da amostra. Considera-se este teste preliminar e complementar ao teste da hipótese central de estudo: espera-se que o coeficiente seja significativo e de sinal positivo, alertando para o fato empírico de que nos trinta anos de estudo este país teve crescimento elevado aos padrões mundiais, como resultante de fatores descritos no segundo capítulo (reformas institucionais, principalmente). Formalmente, inclui-se no modelo uma variável dummy, de forma que a nova especificação será:

$$\frac{1}{30} \log\left(\frac{y_{00,i}}{y_{70,i}}\right) = \alpha_0 + \alpha_1 \log y_{70,i} + \alpha_2 ki_i + \alpha_3 fert_{70,i} + \alpha_4 I + \epsilon_{i,t} \quad (4.1)$$

³³ Para lista de países na amostra ver apêndice 05.

Sendo:

I : variável dummy que indica que os dados referem-se à Índia

Os próximos modelos testam a hipótese central: teria o Hinduísmo, filosofia/religião tão intrinsecamente ligada à cultura Indiana, impactos econômicos significativos? O modelo dois (2) testa esta hipótese diretamente, incluindo no modelo base (4.1) uma variável de percentual da população aderente ao hinduísmo. Difere do modelo um (1) visto que alguns outros países na Ásia, como Fiji, Nepal e Sri Lanka, e outros afetados pela diáspora Indiana (Reino Unido, Trinidad & Tobago), também apresentam parcelas da população aderentes ao Hinduísmo (veja quadro 21 com os países com populações Hindus significativas). Ao incluir a dummy Índia nesse modelo, pretende-se isolar os fatores intrínsecos ao país não associados à religiosidade (e não explicitados no modelo de base). O modelo será, portanto, especificado de forma:

$$\frac{1}{30} \log\left(\frac{y_{00}}{y_{70}}\right) = \alpha_0 + \alpha_1 \log y_{70,i} + \alpha_2 ki_i + \alpha_3 fert_{70,i} + \alpha_4 I + \alpha_5 H_{70,i} + \epsilon_{i,t} \quad (4.2)$$

Sendo:

$H_{70,i}$: percentual da população do país i que adere ao Hinduísmo em 1970.

Quadro 21: países com população Hindu significativa

País	% de população Hindu-1970	População Hindu-1970 (em milhares pessoas)	Crescimento PIB real: 1970-2000
Nepal	88%	10,5	4,2%
Índia	82%	456,8	5,0%
Ilhas Maurício	46%	0,4	5,8%
Fiji	41%	0,2	3,0%
Trinidad & Tobago	23%	0,2	2,4%
Sri Lanka	18%	2,2	5,7%
Malásia	8%	0,8	7,8%
Singapura	7%	0,1	7,7%
África do Sul	2%	0,5	3,1%
Indonésia	2%	2,3	6,0%
Paquistão	1%	0,9	5,2%
Quênia	1%	0,1	3,9%
Reino Unido	1%	0,4	2,5%

Fonte: Heston, Summers & Aten (2006); Barro & McCleary (2003).

O hinduísmo pode ter efeitos indiretos não mapeados no modelo dois (4.2): historicamente e condicionados pelos padrões culturais os Indianos fizeram escolhas que podem ter efeitos diretos no crescimento econômico. Este estudo avaliará esses efeitos indiretos em três dimensões:

- Investimento em capital humano centrado em educação superior de boa qualidade restrita a pequena parcela de população: àquela população das castas superiores (*brahmans*, principalmente) que historicamente têm saber elevado, pelos padrões locais;
- Iniquidade de renda que poderia sabotar o desenvolvimento de potencialidades e a geração de inovação, visto que parcela da população vive à margem do sistema de produção, em virtude do sistema de castas;
- Taxas de corrupção elevadas, como consequência da busca de riqueza sem conflitos éticos, que afetam crescimento seja diretamente por desviarem recursos produtivos seja indiretamente por não propiciarem o desenvolvimento de instituições que garantam o direito à propriedade intelectual, por exemplo.

As duas primeiras hipóteses de efeitos indiretos serão testadas de forma semelhante: acrescenta-se ao modelo variáveis proxies para educação superior e iniquidade de renda. Mede-se se estas variáveis têm efeitos econômicos significativos estatisticamente após considerarmos os efeitos específicos de Índia. Em todos os casos, analisa-se de que forma a Índia se posiciona frente aos seus pares internacionais em relação à variável de estudo. Formalmente, os modelos serão especificados:

$$\frac{1}{30} \log\left(\frac{y_{00}}{y_{70}}\right)_{,i} = \alpha_0 + \alpha_1 \log y_{70,i} + \alpha_2 ki_i + \alpha_3 fert_{70,i} + \alpha_4 I + \alpha_5 lh_{70,i} + \epsilon_{i,t} \quad (4.3)$$

$$\frac{1}{30} \log\left(\frac{y_{00}}{y_{70}}\right)_{,i} = \alpha_0 + \alpha_1 \log y_{70,i} + \alpha_2 ki_i + \alpha_3 I + \alpha_4 gini_{00,i} + \epsilon_{i,t} \quad (4.4)$$

34

Sendo:

$lh_{70,i}$: percentual da população com educação superior no ano de 1970 no país i

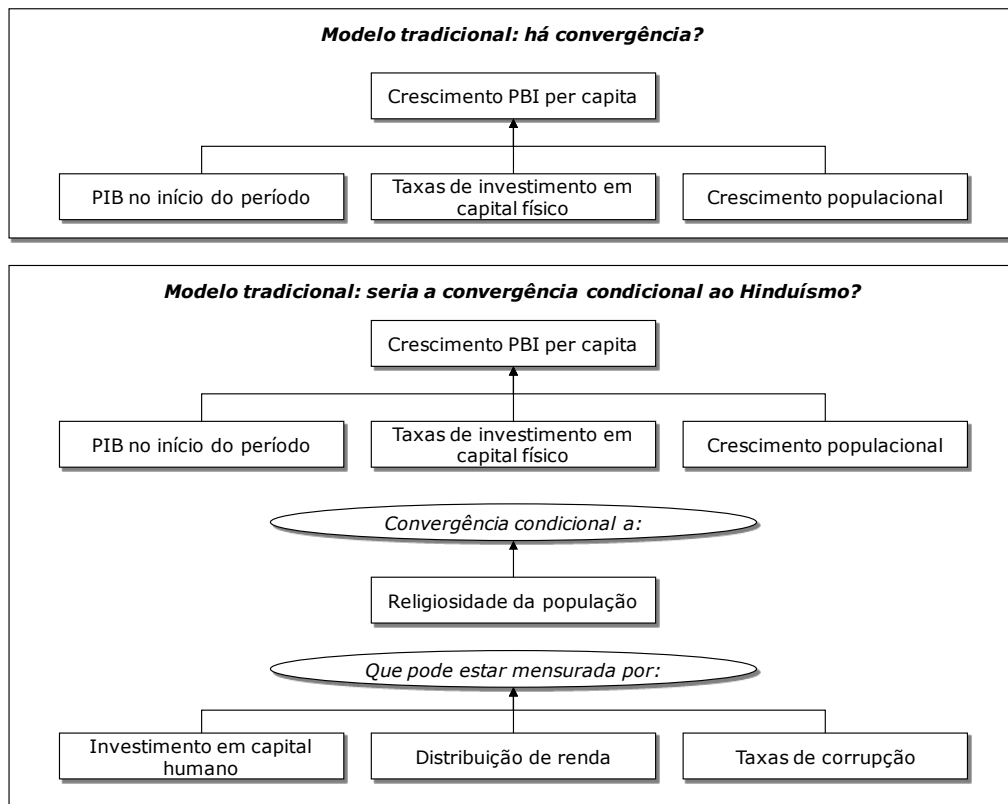
$lgini$: log do índice de Gini no ano de 2000, para país i

³⁴ A variável fertilidade foi retirada da especificação em virtude da correlação com Índice de Gini, e ainda de acordo com Barro (1999)

A terceira hipótese será analisada superficialmente, sem um modelo econométrico formal, em virtude da indisponibilidade de dados que permitam banco de dados compreensivo de países ao longo do período, além dos resultados controversos da literatura existente.

Como resumo das hipóteses levantadas, o quadro 22 mostra de forma gráfica a lógica de realização dos testes econométricos.

Quadro 22: hipóteses de estudo



Fonte: preparado pela autora.

Evidências empíricas

As hipóteses apresentadas foram testadas utilizando o método generalizado de momentos, com dados provenientes de Heston, Summers & Aten (2006), "The World Bank" (2006), Barro & Lee (2000), Barro & McCleary (2003) e "World Institute for Development Economic Research" (2007). Em virtude da disponibilidade de dados de cada um dos bancos de dados, os testes de impactos de iniquidade de renda foram

feitos com grupos menores de países (oitenta e quatro). Resultados específicos são informados nos apêndices 06 a 10, incluindo coeficientes e testes de significância.

O modelo zero (4.0) apresenta-se com resultados de acordo com esperado, suportando a premissa de convergência condicionada: coeficiente negativo para a renda per capita real indica que países de maior renda inicial terão menores taxas de crescimento, isolando os efeitos de investimento em capital físico e crescimento populacional. De acordo com este modelo estes países convergiram a uma taxa de 0,3% ao ano no período, em linha com estudos anteriores, porém a uma menor velocidade.³⁵

Índia teve um crescimento diferenciado quanto aos demais países da amostra, atesta a especificação econométrica de número um (4.1). O coeficiente da variável dummy Índia é significativo, de sinal positivo e de valor estimado até maior que a os coeficientes de renda per capita e de fertilidade. De forma que se pode concluir que este país teve crescimento mais acelerado que seus pares, convergindo a taxas mais elevadas e garantindo aumento de renda per capita real (mesmo considerando o crescimento da população no período). O resultado condiz com os apresentados por Rodrik e Subramanian (2004) que estimam, em modelo similar, para dummy Índia no período de 1960 a 1980 coeficiente negativo e no período de 1980 a 1999 coeficiente positivo.³⁶

Os resultados do modelo dois (4.2) devem ser interpretados com cautela. Em uma primeira leitura pode-se dizer que os resultados comprovam a hipótese de Weber de que o Hinduísmo, como uma religião focada em outra vida, com poucos incentivos à inovação e restritiva ao desenvolvimento de potencialidades de seus seguidores deve dificultar o crescimento de um país. O coeficiente da variável $H_{70,i}$ apresenta-se de valor negativo, mas é marginalmente significativo (valor $p=0,15$). De forma que aos padrões de significância de 5% ou 10%, não se poderia aceitar que o Hinduísmo tenha algum impacto no crescimento econômico. Mesmo que se relaxem os padrões de significância e se aceite o impacto negativo, outro ponto deve ser notado: se tomarmos conjuntamente as variáveis dummy de Índia e Hinduísmo teríamos um impacto bastante semelhante ao impacto de inclusão de somente a dummy Índia (semelhante ao modelo (4.1)) para este país.

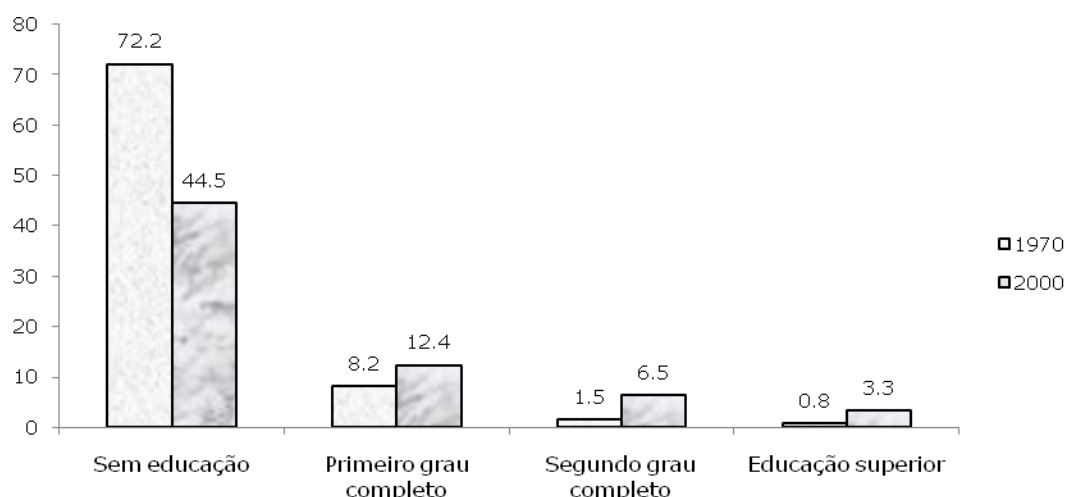
³⁵ Barro indica uma taxa de convergência de 2,5% ao ano no período 1960-1985, em estudo de 1991.

³⁶ Rodrik e Subramanian (2004) utilizam como variável dependente a produtividade total dos fatores, que pode ser entendida como proxy de crescimento da renda per capita real (no longo prazo segundo a teoria neoclássica é o único determinante de crescimento). Ainda mais, utilizam-se de mais variáveis de controle, como inflação e termos de troca.

Antes de se negar completamente os efeitos da filosofia Hindu no crescimento econômico é preciso testar alguns de seus efeitos secundários. A começar pelos efeitos pelas escolhas educacionais: a primazia do ensino superior para castas ditas superiores em detrimento do ensino básico universal. "O papel central da educação também realça os efeitos de amplas conseqüências do contraste notável entre a negligência da Índia com a educação escolar e a expansão maciça da educação superior que já ocorreu e continua ainda hoje", diz Amartya Sen, para continuar a seguir " Ainda o subdesenvolvimento dos sistemas escolares da Índia, especialmente em regiões do país socialmente retardadas e particularmente entre grupos de condições inferiores, também têm sido extraordinário. Isto é tanto profundamente ineficiente quanto impressionantemente injusto". (Sen, 2005).

O quadro 23 mostra a dimensão dessa distância e das escolhas Indianas no campo educacional: no início do período 72,2% da população acima de vinte e cinco anos não tinha educação alguma, e até no ano 2000 44,5% não tinha tido acesso ao sistema educacional. Por outro lado, a educação terciária mesmo que restrita a pequena parcela da população têm sua excelência internacional reconhecida: "Instituições de elite de educação superior produzem graduados de nível internacional entre aqueles que tiveram possibilidades de comprar educação secundária de qualidade" (Feldstein, 2006). O questionamento sobre se todo o modelo educacional não provê acesso ou se há foco em educação terciária beneficia-se de um dado: se classificados os países na amostra por acesso aos níveis educacionais, percebe-se que a Índia está na posição sessenta e oito na educação primária e cinquenta e nove na educação terciária, mostrando uma leve tendência ao maior acesso à educação superior que seus pares.

Quadro 23: evolução dos níveis educacionais



Fonte: Barro & Lee (2000)

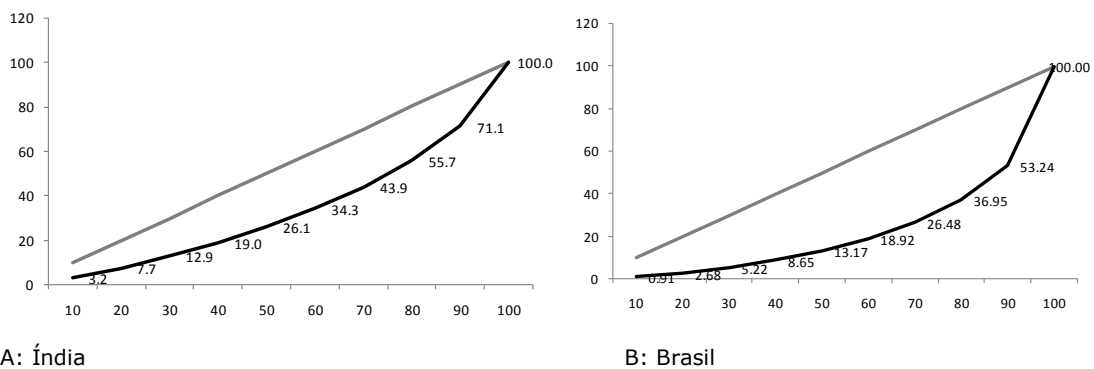
O modelo três (4.3) analisa se há efeito significativo dessa escolha em prover melhor acesso ao nível superior. Complementando os resultados já obtidos, o modelo diagnostica que educação superior não tem absolutamente efeitos estatisticamente significativos sobre crescimento econômico (valor $p=94,5\%$). Não se deve estranhar este fato. Veja por exemplo, Sala-i-Martin (2002): "o relacionamento entre as medidas de capital humano e crescimento são fracas". Bils e Klenow (1998) questionam onexo causal, afirmando que não seria a educação que afeta o crescimento, mas sim o efeito contrário: maiores níveis de renda, consequência de crescimento, afetam os níveis educacionais da população.

Embora o modelo econométrico tenha negado a importância de educação superior como geradora de crescimento, salienta-se um ponto defendido pelo World Bank: "educação terciária é necessária para a efetiva criação, disseminação e aplicação de conhecimento para construir capacidade técnica e profissional" (World Bank, 2005 B). Na Índia, a educação superior de qualidade garante competitividade mundial em indústrias inovadoras, como tecnologia de informação e pesquisas farmacêuticas. Supõe-se que estas indústrias podem gerar efeitos de transbordamentos tecnológicos que afetam outras indústrias, puxando o desenvolvimento do país³⁷. Contudo, a prova formal desses efeitos está além dos objetivos desse estudo.

³⁷ Alude-se aqui aos efeitos de "spillover" que norteiam alguns modelos de crescimento, como Romer (1986): "Increasing returns and long-run growth".

O segundo potencial efeito secundário do Hinduísmo a ser estudado é o efeito da iniquidade de renda. Um mito antes precisa ser destruído: a Índia não chega a ser uma campeã mundial na má-distribuição de renda. Entre os oitenta e quatro países da amostra utilizados no modelo econométrica, a Índia ocupa a posição cinquenta e cinco em ordem decrescente na melhoria de distribuição de renda. Pelos quadros 24A e 24B, que mostram a curva de Lorenz para o Brasil e Índia no ano 2000, pode-se notar que a distribuição de renda não é tão desigualmente distribuída no segundo país.³⁸

Quadro 24: curvas de Lorenz, ano 2000.



Fonte: World Institute for Development Economic Research (2007), preparado pela autora.

Segundo os resultados obtidos na estimação econométrica, a má-distribuição de renda, medida através do índice de Gini, não tem nenhum impacto no crescimento econômico. O coeficiente é aproximadamente zero, com significância estatística.

Estes resultados devem ser interpretados à luz da literatura existente, inconclusiva em larga medida. Barro (1999) em extensão do modelo de convergência condicional encontra este mesmo resultado: não haveria impacto da distribuição de renda no crescimento econômico. Todavia, no mesmo estudo mostra-se que países com renda inferior a US\$ 2070 têm impacto negativo da distribuição de renda no crescimento, e países com renda superior a esta faixa teriam efeitos positivos. Um ponto teórico pode explicar estes efeitos: com o crescimento da renda as imperfeições no mercado de crédito não são mais ativas, e o efeito constritor da iniquidade é superado. Por este raciocínio a Índia sofreria efeitos negativos de sua distribuição de renda: sua renda per capita real em 1970 era de US\$ 1.154.

³⁸ De conhecimento notório, a má distribuição de renda no Brasil garante a posição de número quatro ao país na mesma classificação apresentada. Poder-se-ia chamar o Zimbabwe de líder mundial na má distribuição de renda por este critério (classificação de índice de Gini).

Rodrik e Alesina (1991) encontram outra relação: as características do governo determinariam o impacto da distribuição de renda no crescimento econômico. Em governos democráticos, má distribuição gera efeitos negativos. Governos ditatoriais tecnocráticos experimentam alto crescimento, independente da renda. Governos populistas geram baixo crescimento e devem liderar políticas re-distributivas (de capitalistas a trabalhadores). Como consequência dessa linha de pensamento, Índia também enfrentaria efeitos negativos da má-distribuição de renda, já que o sistema democrático atua no país sem interrupções desde a independência em 1947.

Por fim, será analisado o impacto da corrupção no crescimento. O efeito dessa variável não deve ser sub-estimado: " O Banco (Mundial) identificou a corrupção como entre os maiores obstáculos para o desenvolvimento econômico e social. Ele debilita o desenvolvimento através da distorção da regra da lei e do enfraquecimento da fundação institucional dos quais o crescimento econômico depende". (World Bank, 2007 B).

Paolo Mauro (1997) diagnostica que o nível de corrupção é negativamente ligado ao nível de investimento e crescimento. Em países corruptos o nível de investimento privado seria menor e haveria piora na qualidade dos gastos do governo. Ainda, este autor diagnostica que fatores sociológicos têm sido encontrados como correlacionados com corrupção. Portanto, a formação sociológica, na qual se compreendem os impactos das filosofias religiosas podem gerar corrupção e consequente menor crescimento.

Easterly (2002) aponta que a relação da corrupção com o crescimento não é de natureza simples. "Note que na lista dos países mais corruptos em 1990 incluem-se desastres de crescimento (Zaire) e milagres de crescimento (pelo menos um milagre até recentemente, Indonésia)". Além desse efeito confuso, o autor nota que há diferenças nos efeitos de corrupção em um país ao longo do tempo (países ex-comunistas, por exemplo).

Índia parece um país bastante corrupto: o Instituto Transparência Internacional aponta nota de percepção de corrupção 2,8 ao país no ano 2000 (sendo dez menos corrupto e zero mais corrupto), garantindo a posição de número sessenta e nove em seu ranking. Anedotas sobre a corrupção no país abundam: Easterly cita o caso de uma casta baixa, Jatabs, na vila de Palanpur no Estado de Uttar Pradesh: "os gerentes urbanos da cooperativa de crédito local freqüentemente tentam extorquir dinheiro dos Jatabs. Os Jatabs têm grande dificuldade em emprestar dinheiro de qualquer forma" (2002). Neste exemplo a corrupção impede crescimento via

imperfeições no mercado de crédito. O World Bank cita outro exemplo de como o país combateu a corrupção: "... quando a Índia liberalizou as licenças industriais no começo da década de 1990, uma grande indústria que objetivava obter licenças desapareceu, em conjunto com a corrupção associada a ela." (2005, A)

6. Comentários finais e conclusões

Incontáveis deuses, crescimento econômico espantoso, povo do outro-mundo, iniquidade de renda e possibilidades, desenvolvimento tecnológico, pobreza extrema, liderança em pesquisas farmacêuticas, religião de histórias fantásticas... A cada pessoa uma dessas descrições é sua verdade sobre a Índia. A Índia não pode ser entendida em um simples olhar polar, mas sim em dimensões tênues, em que estas verdades convivem e o respeito entre elas faz parte do modelo mental de sua população.

Dessa forma, ao tender buscar as explicações para os resultados econômicos recentes, este texto pretendeu mostrar que essas imagens constituem um país singular, no qual as mudanças institucionais liberalizantes das duas últimas décadas alçaram o crescimento econômico a patamares elevados, apesar do histórico de exclusões, baseado em cultura filosófica própria. Ao descrever cada tópico buscou-se incorporar esta tênue percepção, a convivência harmoniosa das diferentes visões, o não-absolutismo das afirmativas. Nesse sentido, especialmente na segunda parte, o texto em muitas partes apresenta visões conflitantes e não conclusivas, como própria do espírito Indiano.

A primeira parte do texto apresentou o histórico e os fatos de um país a sair da pobreza extrema, que mudou seu posicionamento no mundo através da abertura econômica e da liberalização de inúmeras políticas constritivas. A modernização do aparato legal que regulamenta a atividade econômica foi feita consistentemente, com consenso político, que em vezes retardou o processo, mas garantiu o espaço ao debate de idéias, própria do espírito argumentativo que perpassa a democracia do país.

A segunda parte do texto analisa o crescimento Indiano sob a ótica da filosofia Hindu, suposta vilã dos desastres econômicos pré-reformas. A considerar seus efeitos não se pode afirmar que o Hinduísmo tenha qualquer efeito empírico sobre o crescimento do país. Mesmo sobre seus efeitos indiretos podem se apresentar dúvidas. O foco na educação superior e a qualidade resultante não têm efetivo impacto. Os efeitos da iniquidade de renda tendem a serem nulos empiricamente, e a seguir estudos comparados tendem a negativos. Corrupção, uma endemia no país, pode sim afetar o crescimento, contudo não há consenso se é uma restrição que impede o desenvolvimento do país. Todavia, estes efeitos devem ser amenizados através de políticas públicas, já que atingem mais fortemente as camadas sociais mais vulneráveis, com efeitos humanitários claros.

A Índia começa a desenrolar o nó do mau gerenciamento de recursos e a obter os benefícios da abertura comercial e há muito a fazer na infra-estrutura física e humana necessária ao crescimento. Talvez no futuro, as restrições impostas pelo histórico institucional possam surtir efeitos mais significativos. Por agora, não se pode afirmar que haja efeito significativo de forma a aparecer nas evidências empíricas.

Este texto é, logo, um alento aos países que difamam seu arcabouço institucional pela ausência de crescimento. Com as restrições impostas em milhares de anos vivendo sob filosofia aclamada, mas com efeitos potencialmente maléficos à vida econômica, a Índia obteve sucesso em dar os passos iniciais rumo ao desenvolvimento. Que os conhecimentos obtidos na transição do modelo econômico sejam úteis a estes países é o objetivo final desse estudo.

6. Bibliografia

Anderson, Gary M. **Mr. Smith and the Preachers: The Economics of Religion in the Wealth of Nations.** The Journal of Political Economy, Vol 96, No. 5. October 1988. pag. 1066-1088.

Ahluwalia, Montek S. **India's economic reforms: an appraisal.** Em "India in the era of economic reforms", editado por Sachs, Jeffrey; Varshney, Ashutosh; Bajpai, Nirupam. Oxford University Press, 1999.

Baghwati, Jagdish. **Professor Baghwati's remarks at the recent Columbia conference "India: an emerging Giant".** <http://www.columbia.edu/~jb38/>. 2006.

Bajpai, Nirupam. **A decade of economic reforms in India: the unfinished agenda.** Center for International Development, Harvard. Working Paper 89. April 2002.

Bajpai, Nirupam. **Development of Securities Market in India.** Em "China and India, learning from each other. Reforms and Policies for Sustained Growth". International Monetary Fund, 2006.

Barro, Robert. **Economic growth in a cross section of countries.** The Quarterly Journal of Economics, vol 106, no. 2 May. 1991.

Barro, Robert. **Inequality, Growth and Investment.** NBER Working Papers. March 1999.

Barro, Robert; Lee, Jong-Wha. **International data on educational attainment: updates and implications.** CID Working PaperNo. 42. Cambridge, Center for International Development at Harvard University, 2000.

Barro, Robert; McCleary, Rachel M. **Religion and growth.** NBER working papers, Cambridge, 2003.

Barro, Robert. Sala-i-Martin, Xavier. **Economic growth.** Massachusetts Institute of Technology, 2004.

Bils, Mark. Klenow, Peter J. **Does schooling cause growth or the other way around?** NBER Working Paper Series. February 1998.

Borensztein, Eduardo; De Gregorio, José; Lee, Jong-Wha. **How does foreign direct investment affect economic growth.** NBER working papers, March 1995.

Bosworth, Barry; Collins, Susan M. **Accounting for growth: comparing China and India.** National Bureau of Economic Research. February 2007.

C Rangarajan (2001) **Some critical issues in monetary policy,** Economic and Political Weekly (www.epw.com.in)

Das, Deb Kusum. **Quantifying trade barriers: has trade protection declined substantially in Indian Manufacturing?** Indian Council for Research on International Economic Relations. Working Paper 105. July, 2003.

Chakrabarti, Rajesh. **Foreign Exchange Markets**. Oxford Companion to Economics in India. Oxford University Press, New Delhi, 2007.

Deshpande, Ashwini. **Does caste still define disparity? A look at inequality in Kerala**. The American Economic Review, vol 90, number 2. May, 2000.

Easterly, William. **The elusive quest for growth: economists' adventures and misadventures in the tropics**. The MIT press, 2002.

Economist, The. **Can India fly?** The Economist, London, June 3rd, 2006.

Feldstein, Martin. **There's more to growth than China...** The Wall Street Journal, February 16, 2006.

Fischer, Stanley. **The role of macroeconomic factors in growth**. NBER Working Paper Series, December 1993.

Gala, Paulo. **Política Cambial e Macroeconomia do Desenvolvimento**. Tese de doutorado apresentada à Fundação Getúlio Vargas. Março, 2006.

Government of India. **Economic Survey**, várias edições. Government of India.

Kapur, Davesh; Ramamurti, Ravi. **Privatization in India: the imperative and consequences of gradualism**. Stanford University, 2002.

Heston, Alan; Summers, Robert; Aten, Bettina. **Penn World Table Version 6.2**. Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, September 2006.

Investment commission of India. **Gems and Jewellery**.
www.investmentcommission.in/gems_&_jewellery.htm

Jung, Carl Gustav. **Psicologia e religião oriental**. Editora Vozes. Petrópolis, 1986.

Lucas, Robert E. **On the mechanisms of economic development**. Journal of Monetary Economics 22, 3-42, 1988.

Majumdar, Manabi. **Schooling and 'skilling' of the Country's youth: secondary education in four Indian States**. Economic and Political Weekly. May28-June 04, 2005.

Mankiw, Gregory N; Phelps, Edmund S. Romer, Paul. **The growth of nations**. Brookings papers on economic activity, vol 1995, no. 1. 1995.

Mauro, Paolo. **Why worry about corruption?** International Monetary Fund. Economic issues, # 6. 1997.

Miller, Barbara Stoler (traduzido por). **The bhagavad-Gita, Krishna's counsel in time of war**. Bantam Classics. 2004.

Mohanty, Deepak; A K Mitra. **Experience with monetary targeting in India**. Economic and Political Weekly, vol 34, 1999.

Mor, Nachiket. Chandrasekar, R. Wahi, Diviya. **Banking Sector Reform in India.** Em "China and India, learning from each other. Reforms and Policies for Sustained Growth". International Monetary Fund, 2006.

Morris, David Morris. **Values as na obstacle to economic growth in South Asia: an historical survey.** The journal of economic history, vol 27, no. 4. Dezembro, 1967.

Munshi, Kaivan; Rosenzweig, Mark R. **Why is mobility in India so low? Social insurance, inequality, and growth.** Center for International Development at Harvard University. July 2005.

Naipaul, V.s. **An area of darkness.** London, Picador, 1964.

Naipaul, V.S. **India A million mutinies now.** Denmark, Vintage, 1990.

Neto, Antonio Delfim. **Meio século de Economia Brasileira: desenvolvimento e restrição externa.** Em "Economia Brasileira contemporânea", organizado por Giambiagi, Fábio e Vilela, Fábio. Elsevier, 2005.

Poirson, Héléne. **The tax system in India: could reform spur growth?** IMF Working Paper. April 2006.

Prabhavananda, Swami. **The spiritual heritage of India.** Indigo Books, 2003.

Pritchett, Lant. **Forget convergence: divergence past, present and future.** Finance and development. June 1996.

Ray, Debraj. **Development economics.** Princenton University Press. 1998

Reserve Bank of India. **Report of the Committee on fuller capital account convertibility.** www.rbi.org.in July, 2006.

Rodrik, Dani; Alesina, Alberto. **Distributive politics and economic growth.** NBER Working Paper Series. March 1991.

Rodrik, Dani; Rodriguez, Francisco. **Trade policy and economic growth: a skeptic's guide to the cross-national evidence.** Cambridge, *Macroeconomics Annual 2000.* MIT Press.

Rodrik, Dani; Subramanian, Arvind. **From "Hindu Growth" to Productivity Surge: the mystery of Indian growth transition.** IMF Working Paper. May, 2004.

Sachs, Jeffrey; Varshney, Ashutosh; Bajpai, Nirupam. **India in the era of economic reforms.** 1999. Oxford University Press.

Sala-i-Martin, Xavier. **15 years of new growth economics: what have we learnt?** Columbia University, Department of Economics Discussion Paper Series. Discussion paper # 0102-47. April 2002.

Sen, Amartya. **The argumentative Indian.** Penguin Books. 2005.

Transparency International. **Corruption perception index, 2000**. Berlin, September 2000.

Transparency International India. **Indian corruption study 2005: to improve governance**. Transparency International India, June 2005.

Unctad (United Nations Conference on Trade and Development). **Trade and development report**. New York: United Nations. 2005.

United Nations. **Human development report 2006**. New York, United Nations Development Programme, 2006.

United Nations. **Social indicators**. New York, United Nations Statistics Division, 2007 (<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/>)

Valdés, Benigno. **Economic growth: theory, empirics and policy**. Edward Elgar Publishing, Inc. 1999.

Varma, Pavan K. **Being Indian**. New Delhi, Penguin Books, 2004.

Y. V. Reddy. **Monetary policy operating procedures in India**. BIS policy papers. (2000)

Y. V. Reddy. **Glimpses of Indian Economy and its Financial Sector**. Reserve Bank of India, 2007. (www.rbi.org.in)

Williamson, John. **Exchange rate policy and development**. Initiative for policy dialogue, Task force on macroeconomics. Agosto, 2003.

Weber, Max. **The religion of India. The sociology of Hinduism and Buddhism**. Munshiram Manoharlal Publishers Pvt. Ltc, New Delhi, 2000. (publicação original de 1958).

Winters, Alan L. Yusuf, Shahid. **Dancing with Giants: China, India and the Global Economy**. World Bank, 2007.

World Bank, The. **India: five years of stabilization and reform and challenges ahead**. The World Bank, December, 1996.

World Bank, The. **Economic growth in the 1990s: Learning from a decade of reform**. The World Bank. 2005 A.

World Bank, The. **India and the knowledge economy. Leveraging strengths and opportunities**. The World Bank, 2005 B.

World Bank, The. World Development Indicators 2006. The World Bank, 2006. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0,,contentMDK:20899413~pagePK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:239419,00.html>

World Bank, The. **Doing business 2007**. The World Bank, 2007 A.

World Bank, The. **Anitcorruption initiative**. <http://web.worldbank.org/> 2007 B.

World Institute for Development Economic Research, The. **World Income Inequality Database**. V2B, May 2007.

World Trade Organization. **International trade statistics**. 2007A. http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm

World Trade Organization. **India: trade policy review**. 2007B. http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp283_crc_e.htm

World Value Survey. **World Values Survey**, várias edições. The World Values Survey Association, 2007. <http://www.worldvaluessurvey.org/>

7. Apêndices

Apêndice 01: escritos sagrados Hindus

Os ensinamentos Hindus têm fundamentos em uma filosofia baseada na tradição oral, posteriormente, mas ainda no passado longínquo, compilada nos livros sagrados. Seriam eles:

- Vedas, as escrituras mais antigas, reconhecidas como origem da fé e autoridade máxima, representam uma pálida reflexão da divindade, seu perfeito conhecimento, infinito e eterno. A primeira parte, do trabalho, define a prática concreta da religião. Constituem-se de Samhitas, mantras e hinos aos deuses, Brahmanas, deveres práticos, e Aranyakas, mais deveres práticos. A segunda parte, do conhecimento, Upanisads, refere-se aos relatos de experiências dos mestres, santos, e contém a base filosófica do hinduísmo, e seu objetivo final: a completa auto-abnegação, a renúncia plena de todos os desejos pessoais;
- A literatura auxiliar, de origem humana, suporta o entendimento dos Vedas, com simplificações, expansões, ilustrações. Os escritos épicos, principalmente o Ramayana e o Mahabharata, são relatos históricos, assemelhando-se à Ilíada de Homero. Uma parte específica, do Mahabharata, o Bhagavad-Gita, é de tal forma importante, que por vezes é chamado de Bíblia da Índia. Smirts, memória, relembra em termos práticos as leis e percepções espirituais dos Vedas, mostrando os deveres práticos, ritualísticos, dos hindus. Puranas, antigo, foram escritos principalmente para popularizar o espírito ético dos Vedas através de ilustrações concretas das vidas dos santos, sejam históricas ou legendárias.

Bhagavad-Gita, por sua importância, merece uma atenção especial: escrito no primeiro século AC, o Gita (como é comumente conhecido) reconta a fábula épica do príncipe guerreiro Arjuna quando ele enfrenta um dilema de vida ou morte: qual o propósito ou justiça da guerra? Qual o caminho correto de ação quando um dever conflita com outro? Através de diálogos com o bom deus Krishna, Arjuna percebe a Verdade.

Apêndice 02: o sistema de castas

Os livros tradicionais contêm inúmeras alusões ao sistema de castas. Veja esta do Bhagavad Gita:

“As ações dos sacerdotes, guerreiros,
Homens do povo, e criados
São proporcionais às qualidades
Nascidas de seu ser intrínseco

Tranqüilidade, controle, penitência,
Pureza, paciência e honestidade,
Conhecimento, julgamento e piedade
São intrínsecos às ações do sacerdote.

Heroísmo, energia flamejante, resolução,
Habilidade, recusa em retirar-se da batalha,
Caridade, e majestade de conduta
São intrínsecos às ações de um guerreiro.

Lavoura, pastoreio do gado, e comércio
São intrínsecos às ações do homem do povo;
Ações que são essencialmente serviços
São intrínsecos aos criados.

Cada um atinge o sucesso
Focando em sua própria ação;
Ouça como cada um atinge o sucesso
Por focar em sua própria ação. ³⁹

Max Weber assim descreve as quatro castas tradicionais, bem descritas no Bhagavad-Gita, as quais têm percursos históricos bastante distintos:

- **Brahmans:** originalmente mágicos que se desenvolveram em classe aristocrática de homens cultos, devido ao treinamento de sua cultura

³⁹ Tradução livre da autora das palavras de Lord Khrishna no ensinamento décimo-oitavo, traduzido do Sânscrito para o inglês por Barbara Miller (2004)

secreta feito por membros da própria casta. Sua fonte de poder era o conhecimento dos Vedas, um conhecimento visto como particularmente carismático. Seus privilégios econômicos, direitos a receber terras, não têm comparativo com nenhuma outra classe sacerdotal. Em sua evolução foram os líderes espirituais e políticos dos príncipes, e posteriormente eram bastante requisitados para funções administrativas que requeriam habilidades e conhecimentos;

- Kshatriyas⁴⁰: casta dos reis, nobres e guerreiros, descritos por fontes clássicas como tendo a função de “proteger” a população política e militarmente. Os antigos Kshatriyas, homens urbanos e cultos, segundo lendas, teriam sido eliminados da face da Terra por vingança dos Brahmins e sido substituídos pelos Rajputs, classe guerreira e analfabeta. Seus reinados, patrimonialistas e burocráticos, mantinham monopólios de comércio com objetivo de aumentar as forças armadas e a receita de impostos.
- Vaishyas: casta dos homens comuns, com as ocupações clássicas do comércio e da gestão dos créditos financeiros. Deus Védico Indra permite que a riqueza do comércio atinja o paraíso, garantindo alguma posição social a esta casta. Entretanto, nem todas sub-castas ligadas ao comércio têm alta posição social e verdadeiramente algumas são impuras.
- Sudras: composta pelos antigos artesãos e trabalhadores que não tinham acesso às terras. Livros sagrados garantem a esta classe o serviço diligente, e somente quando não encontram estes serviços podem realizar artesanatos e/ou fazer comércio. Alguns membros de sub-castas do mais baixo estrato social realizam serviços considerados impuros pelo hinduísmo: limpeza das ruas, trabalho com couro, etc.

⁴⁰ Os míticos maharajas fazem parte dessa classe. Mas também os grandes reis budistas, como o legendário Ashoka e sua corte com grande apelo às artes e literatura.

Apêndice 03: hipótese de convergência, segundo o modelo de Solow-Sawm

Seja:

Y_t : produto nacional bruto real

K_t : estoque existente de capital físico

L_t : força de trabalho existente

A_t : representação de mudança tecnológica

y_t : produto real por trabalhador

k_t : capital físico por trabalhador

g : taxa de progresso técnico

Define-se como capital eficiente por trabalhador:

$$\bar{K}_t = K_t / A_t L_t = (1/A_t) k_t$$

E por produto real eficiente por trabalhador:

$$\bar{Y}_t = Y_t / A_t L_t = (1/A_t) y_t$$

De forma que:

$$k_t = A_t \bar{k}_t$$

$$y_t = A_t \bar{y}_t$$

$$\dot{k} = g + \dot{\bar{k}}$$

$$\dot{y} = g + \dot{\bar{y}}$$

No estado estacionário:

$$0 = \dot{\bar{k}}$$

$$0 = \dot{\bar{y}}$$

Assim k e y ambos crescem a taxa de progresso técnico, g . Fora do estado estacionário esta conclusão não vale e:

$$\dot{\bar{y}} = (d \bar{y} / dt) / \bar{y}$$

$$\dot{\tilde{y}} = \frac{f'(\tilde{k})(d\tilde{k}/dt)}{f(\tilde{k})}$$

$$\dot{\tilde{y}} = \frac{\tilde{k} f'(\tilde{k})(d\tilde{k})/d\tilde{k}}{f(\tilde{k}) \tilde{k}}$$

$$\dot{\tilde{y}} = \frac{\tilde{k} f'(\tilde{k})}{f(\tilde{k})} \frac{\dot{\tilde{k}}}{\tilde{k}}$$

$$\dot{\tilde{y}} = \frac{PmK}{Y} \frac{K}{AL} \frac{\dot{\tilde{k}}}{\tilde{k}}$$

(PmK: produtividade marginal do capital)

$$\dot{\tilde{y}} = \frac{K PmK}{Y} \frac{\dot{\tilde{k}}}{\tilde{k}} = \frac{\pi}{Y} \frac{\dot{\tilde{k}}}{\tilde{k}} = \%_{\tilde{k}} \frac{\dot{\tilde{k}}}{\tilde{k}} \quad (1.1)$$

$\%_{\tilde{k}}$: participação do trabalho no produto

π : lucro do capital

Como consequência:

$$\dot{\tilde{y}}_t = g + \dot{\tilde{y}} = g + \%_{\tilde{k}} \frac{\dot{\tilde{k}}}{\tilde{k}} \quad (1.2)$$

Utilizando-se da equação fundamental de crescimento:

$$\dot{\tilde{k}} = \frac{d\tilde{k}_t}{dt} = s f(\tilde{k}) - (\delta + n + g) \tilde{k}_t \quad (1.3)$$

δ : taxa de depreciação do capital

n : taxa de crescimento da população

Dividindo (1.3) por \tilde{k}_t e substituindo em (1.2), obtém-se:

$$\dot{\tilde{y}}_t = g + \%_{\tilde{k}} \left(s \frac{f(\tilde{k}_t)}{\tilde{k}_t} - (\delta + n + g) \right) \quad (1.4)$$

Assumindo-se que a função de produção segue um formato Cobb-Douglas eficiente em trabalho e capital, que corresponderia a:

$$Y_t = F(K_t, E_t) = K_t^\alpha E_t^{1-\alpha} = K_t^\alpha (A_t L_t)^{1-\alpha}$$

$$K_t = Y^{1/\alpha} (A_t L_t)^{(\alpha-1)/\alpha}$$

Teríamos:

$$s \frac{f(\tilde{k}_t)}{\tilde{k}_t} = s A_t^{(1-\alpha)/\alpha} y_t^{(\alpha-1)/\alpha} \quad (1.5)$$

Da função Cobb-Douglas também chegamos a:

$$\%_{0K} = \frac{\pi}{Y} = \frac{K \text{ PmK}}{Y} = \frac{K \partial Y / \partial K}{Y} = \alpha \quad (1.6)$$

Considerando que:

$$y^{(\alpha-1)/\alpha} = \exp(\alpha - 1/\alpha \log y)$$

E substituindo (1.5) e (1.6) em (1.4):

$$\dot{y}_t = g + \alpha \left(s A_t^{(1-\alpha)/\alpha} e^{\log y_t (\alpha-1)/\alpha} - (\delta + n + g) \right) \quad (1.7)$$

Por uma expansão de Taylor ao redor do estado estacionário de y^* :

$$\dot{y}_t = g + (\alpha - 1) \left(s A_t^{(1-\alpha)/\alpha} y_t^{(\alpha-1)/\alpha} \right)_{y=y^*} (\log y_t - \log y_t^*) \quad (1.8)$$

Utilizando equação (1.5) e considerando que no estado estacionário $\tilde{k} = 0$:

$$s A_t^{(1-\alpha)/\alpha} y_t^{(\alpha-1)/\alpha} = s \frac{f(\tilde{k}^*)}{\tilde{k}^*} = \delta + n + g \quad (1.9)$$

Aplicando (1.9) em (1.8):

$$\dot{y}_t = g + (\alpha - 1)(\delta + n + g)(\log y_t - \log y_t^*) \quad (1.10)$$

Define-se que:

$$(\alpha - 1)(\delta + n + g) = \omega \quad (1.11)$$

Tem-se que:

$$\dot{y}_t = g + \omega (\log y_t - \log y_t^*) \quad (1.12)$$

(1.12) pode ser definida como a equação básica de convergência. Mostra que quanto maior a distância do produto real do produto de estado estacionário, maior o crescimento (o inverso é verdade, também). De forma que se dois países possuem o mesmo estado estacionário ao longo do tempo suas taxas de crescimento terão variações de forma atingir esta convergência.

Apêndice 04: equações de Barro, ou teste β de convergência.

A partir de:

$$\dot{y}_t = g + \omega (\log y_t - \log y_t^*) \quad (1.12)$$

Veja que:

$$\dot{y} = \left(\frac{dy_t}{dt} \right) y_t = d \log y_t / dt$$

De forma que se pode reescrever 1.12 como:

$$\frac{d \log y_t}{dt} = (g - \omega \log y_t^*) + \omega \log y_t \quad (1.13)$$

Passando de tempo contínuo para tempo discreto:

$$\log y_{t+1} - \log y_t = (g - \omega \log y_t^*) + \omega \log y_t \quad (1.14)$$

$$\log y_{t+1} = (g - \omega \log y_t^*) + (1 + \omega) \log y_t \quad (1.15)$$

Sendo esta uma equação em diferença de primeira ordem, com termo independente não constante convém reescrevê-la. Considere que $y_t = A_t \tilde{y}_t$ e substitua em 1.14:

$$\log(A_{t+1} \tilde{y}_{t+1}) = g - \omega \log(A_t \tilde{y}_t^*) + (1 + \omega) \log(A_t \tilde{y}_t) \quad (1.16)$$

Se $A_{t+1} = A_t(1 + g)$ e $\log(1 + g) = g$ por expansão de Taylor:

$$\log \tilde{y}_{t+1} = g - \omega \log \tilde{y}_t^* + (1 + \omega) \log \tilde{y}_t + \log A_t - \log(A_t(1 + g))$$

$$\log \tilde{y}_{t+1} = -\omega \log \tilde{y}_t^* + (1 + \omega) \log \tilde{y}_t \quad (1.17)$$

Como $\tilde{y}_t^* = \tilde{y}^*$ é constante temos uma equação em diferença de primeira ordem de solução:

$$\log \tilde{y}_T = e^{\omega T} \log \tilde{y}_0 + (1 - e^{\omega T}) \log \tilde{y}^* \quad (1.18)$$

Avaliando no tempo zero:

$$\log \tilde{y}_T = e^{\omega T} \log \tilde{y}_0 + (1 - e^{\omega T}) \log \tilde{y}^* \quad (1.18)$$

Sendo \tilde{y} não observável, considere que:

$$\log \frac{y_T}{A_T} = e^{\omega T} \log \frac{y_0}{A_0} + (1 - e^{\omega T}) \log \frac{y_0^*}{A_0} \quad (1.19)$$

$$\log y_T = gT + (1 - e^{\omega T}) \log y_0^* + e^{\omega T} \log y_0 \quad (1.20)$$

Subtraindo y_0 dos dois lados:

$$\log \frac{y_T}{y_0} = Tg + (1 - e^{\omega T}) \log y_0^* + (e^{\omega T} - 1) \log y_0 \quad (1.21)$$

Se dividirmos por T o termo à esquerda representará a taxa média de crescimento:

$$\frac{1}{T} \log \frac{y_T}{y_0} = g + \frac{1 - e^{\omega T}}{T} \log y_0^* + \frac{e^{\omega T} - 1}{T} \log y_0 \quad (1.22)$$

Definindo que:

$$g + \frac{1 - e^{\omega T}}{T} \log y_0^* = \alpha \quad (1.23)$$

$$\frac{e^{\omega T} - 1}{T} = \beta < 0 \quad (1.24)$$

Portanto:

$$\frac{1}{T} \log \frac{y_T}{y_0} = \alpha + \beta \log y_0; \beta < 0 \quad (1.25)$$

Em conjunto de países com mesmo estado estacionário pode-se realizar modelo econométrico e provar que se $\beta < 0$, há convergência absoluta.

Apêndice 05: países na amostra do modelo empírico

Algéria	França	Mali	África do Sul
Argentina	Alemanha	Malta	Espanha
Austrália	Gana	Mauritius	Sri Lanka
Áustria	Grécia	México	Sudão
Bahrain (*)	Guatemala	Mozambique	Suécia
Barbados	Haiti	Nepal	Suíça
Bélgica	Honduras	Holanda	Síria (*)
Benin (*)	Hong Kong	Nova Zelândia	Tailândia
Bolívia	Hungria	Nicarágua	Togo (*)
Botswana	Índia	Nigéria	Trinidad &
Brasil	Indonésia	Noruega	Tobago
Camarões	Irã	Paquistão	Tunísia
Canadá	Irlanda	Panamá	Turquia
República Central Africana	Israel	Papua Nova Guiné	Uganda
Chile	Itália	Paraguai	Reino Unido
Colômbia	Jamaica	Peru	Estados Unidos
Costa Rica	Japão	Filipinas	Uruguai
Cyprus	Jordânia	Polônia	Venezuela
Dinamarca	Kênia	Portugal	Zâmbia
Equador	Lesotho	Ruanda	Zimbábue
El Salvador	Libéria (*)	Senegal	
Fiji	Malawi	Serra Leoa	
Finlândia	Malásia	Singapura	

(*) países não considerados nos modelos que envolvem índice de Gini (iniqüidade)

Apêndice 06: modelo econométrico base (4.0): convergência condicionada de crescimento

Variável dependente: crescimento da renda per capita real (g)- 1970/2000

	Coefficiente estimado	Erro padrão	Valor-p
Log (renda percapita real)-1970	-0,0034	0,0016	0,0357
Log (fertilidade)-1970	0,0205	0,0070	0,0046
Investimento médio - 1970/2000	0,2464	0,0528	0,0000

Método de estimação: método generalizado de momentos

Variáveis instrumentais:

- Log (renda per capita real ajustado a termos de comércio)-1970
- Log (expectativa de vida no nascimento)- 1970
- População em 1970
- Crescimento da população- 1970/2000

Número de observações (países): oitenta e nove

Fontes de informação:

Heston, Alan; Summers, Robert; Aten, Bettina. **Penn World Table Version 6.2.** Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, September 2006.

Com exceção de: fertilidade e expectativa de vida no nascimento_ World Development Indicators, The World Bank. <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/>

Apêndice 07: modelo econométrico um (4.1)

Hipótese: teria a Índia um crescimento diferenciado em relação a outros países da amostra?

Variável dependente: crescimento da renda per capita real (g)- 1970/2000

	Coefficiente estimado	Erro padrão	Valor-p
Log (renda percapita real)-1970	-0,0043	0,0017	0,0158
Log (fertilidade)-1970	0,0221	0,0075	0,0042
Investimento médio - 1970/2000	0,2835	0,0612	0,0000
Dummy: Índia	0,0575	0,0229	0,0143

Método de estimação: método generalizado de momentos

Variáveis instrumentais:

- Log (renda per capita real ajustado a termos de comércio)-1970
- Log (expectativa de vida no nascimento)- 1970
- População em 1970
- Crescimento da população- 1970/2000
- Percentual da população aderente à religião Hindu- 1970

Número de observações (países): oitenta e nove

Fontes de informação:

Heston, Alan; Summers, Robert; Aten, Bettina. **Penn World Table Version 6.2.** Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, September 2006.

Com exceção de:

Fertilidade e expectativa de vida no nascimento_ **World Development Indicators**, The World Bank. <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/>
Percentual da população aderente ao hinduísmo: Barro, Robert J. Mcleary, Rachel. **Religion and Economic Growth.** NBER Working Paper Series, May 2003.

Apêndice 08: modelo econométrico (4.2)

Hipótese: a religião Hindu teria impacto no crescimento econômico?

Variável dependente: crescimento da renda per capita real (g)- 1970/2000

	Coefficiente estimado	Erro padrão	Valor-p
Log (renda percapita real)-1970	-0,0058	0,0017	0,0015
Log (fertilidade)-1970	0,0126	0,0042	0,0035
Investimento médio - 1970/2000	0,2200	0,0439	0,0000
Dummy: Índia	0,1728	0,0782	0,0300
Percentual da população aderente à religião Hindu- 1970	-0,1324	0,0903	0,1466

Método de estimação: método generalizado de momentos

Variáveis instrumentais:

- Log (renda per capita real ajustado a termos de comércio)-1970
- Log (expectativa de vida no nascimento)- 1970
- População em 1970
- Crescimento da população- 1970/2000
- Dummy indicando país comunista em 1970
- Percentual da população aderente à religião católica

Número de informações (países): oitenta e nove

Fontes de informação:

Heston, Alan; Summers, Robert; Aten, Bettina. **Penn World Table Version 6.2.** Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, September 2006.

Com exceção de:

- Fertilidade e expectativa de vida no nascimento_ **World Development Indicators**, The World Bank. <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/>
- Dummy para país comunista em 1970, percentual da população aderente ao catolicismo e ao hinduísmo: Barro, Robert J. Mcleary, Rachel. **Religion and Economic Growth.** NBER Working Paper Series, May 2003. Nota: as duas primeiras variáveis são incluídas de acordo com este estudo: percentual da religião católica como fator normalizador (maior religião em número de aderentes) e dummy para país comunista para indicar liberdade religiosa.

Apêndice 09: modelo econométrico (4.3)

Hipótese: teria a educação superior impacto significativo em crescimento?

Variável dependente: crescimento da renda per capita real (g)- 1970/2000

	Coefficiente estimado	Erro padrão	Valor-p
Log (renda percapita real)-1970	-0,0043	0,0017	0,0154
Log (fertilidade)-1970	0,0224	0,0076	0,0043
Investimento médio - 1970/2000	0,2841	0,0554	0,0000
Dummy: Índia	0,0573	0,0228	0,0139
Percentual da população que atingiu educação superior: 1970	4,40 E-05	0,0006	0,9453

Método de estimação: método generalizado de momentos

Variáveis instrumentais:

- Log (renda per capita real ajustado a termos de comércio)-1970
- Log (expectativa de vida no nascimento)- 1970
- População em 1970
- Crescimento da população- 1970/2000
- Percentual da população aderente à religião Hindu
- Percentual da população que atingiu a educação secundária: 1970

Número de informações (países): oitenta e nove

Fontes de informação:

Heston, Alan; Summers, Robert; Aten, Bettina. **Penn World Table Version 6.2.** Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, September 2006.

Com exceção de:

- Fertilidade e expectativa de vida no nascimento_ **World Development Indicators**, The World Bank. <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/>
- Percentual da população aderente ao hinduísmo: Barro, Robert J. Mcleary, Rachel. **Religion and Economic Growth.** NBER Working Paper Series, May 2003.
- Percentual da população com educação superior e secundária: Barro, Robert; Lee, Jong-Wha. **International data on educational attainment: updates and implications.** CID Working PaperNo. 42. Cambridge, Center for International Development at Harvard University, 2000.

Apêndice 10: modelo econométrico (4.4)

Hipótese: teria a iniquidade de renda impacto significativo em crescimento?

Variável dependente: crescimento da renda per capita real (g)- 1970/2000

	Coefficiente estimado	Erro padrão	Valor-p
Log (renda percapita real)-1970	-0,0044	0,0015	0,0049
Investimento médio - 1970/2000	0,1938	0,0446	0,0000
Dummy: Índia	0,0661	0,0242	0,0078
Iniquidade de renda: índice de Gini	0,000	0,0002	0,0039

Método de estimação: método generalizado de momentos

Variáveis instrumentais:

- Log (renda per capita real ajustado a termos de comércio)-1970
- Log (expectativa de vida no nascimento)- 1970
- População em 1970
- Crescimento da população- 1970/2000
- Percentual da população aderente à religião Hindu
- Percentual da população que atingiu a educação primária: 1970

Número de informações (países): oitenta e nove

Fontes de informação:

Heston, Alan; Summers, Robert; Aten, Bettina. **Penn World Table Version 6.2.** Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, September 2006.

Com exceção de:

- Fertilidade e expectativa de vida no nascimento_ **World Development Indicators**, The World Bank. <http://devdata.worldbank.org/hnpstats/>
- Percentual da população aderente ao catolicismo e ao hinduísmo: Barro, Robert J. Mcleary, Rachel. **Religion and Economic Growth.** NBER Working Paper Series, May 2003.
- Percentual da população com educação primária: Barro, Robert; Lee, Jong-Wha. **International data on educational attainment: updates and implications.** CID Working PaperNo. 42. Cambridge, Center for International Development at Harvard University, 2000.
- Índice de Gini: The World Institute for Development Economic Research. **World Income Inequality Database.** V2B, May 2007.

8. Anexos

Anexo N: mapa dos Estados Indianos



Fonte: Government of India

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)